

M

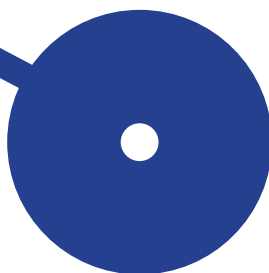
MESTRADO

ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Orientação Vocacional no Ensino Secundário – Estudo de caso num agrupamento de escolas do Grande Porto

Jéssica Raquel Gomes Filipe

09/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Jéssica Raquel Gomes Filipe

**Ensino Secundário – Estudo de caso num agrupamento de escolas
do Grande Porto**

Trabalho de Projeto

Mestrado em Administração das Organizações Educativas

Orientação: Prof. Doutor João Queirós

Porto, setembro de 2025

As árvores morrem de pé.

AGRADECIMENTOS

Queria começar por agradecer a toda a minha família e amigos, que estiveram sempre presentes nesta jornada. Esta foi, decerto, uma fase a que nunca pensei chegar, foram tempos desafiantes, tanto a nível pessoal, como profissional, mas sempre soube que estava à altura de conseguir concretizar todos os meus sonhos, incluindo este, acabar os meus estudos de forma positiva e orgulhosa de mim mesma.

Quero agradecer ao meu Orientador, Professor João Queirós, que foi uma pessoa essencial neste processo, tanto a nível da investigação, como a nível motivacional. Tive a sorte de ter um orientador que esteve sempre presente e que me deixou completamente à vontade em todas as situações mais atribuladas que acabaram por acontecer durante a concretização deste projeto.

Uma das pessoas mais importantes, e que fez com que fosse possível superar este desafio, foi a minha mãe. A ti agradeço, por me teres dado a vida e as condições que tenho para prosseguir os meus estudos. Espero que fiques orgulhosa da tua filha, tal como eu tenho orgulho por te chamar mãe.

Quero agradecer também ao meu namorado, que, para além de namorado, foi companheiro, amigo e esteve sempre ao meu lado, em todos os dias que estive mais cansada ou triste. Obrigada por teres sido incrível, Gonçalo, e pela tua paciência para comigo – sem ti isto também não seria possível.

Um grande obrigada à minha amiga Beatriz Alves, porque fizeste tudo ao teu alcance para me veres feliz, uma amizade inesperada que claramente irá sobreviver.

Por último, quero agradecer a todas as minhas estrelinhas, que estão no céu a olhar por mim e a dar-me a força necessária para conseguir terminar em grande este ciclo da minha vida.

Obrigada, maninho, por estares sempre de olho em mim quando mais preciso.

Obrigada, tia Sandra, por me fazeres lembrar que tenho de ser corajosa nos tempos mais difíceis, tal como tu foste.

Obrigada, Avó, por me teres ensinado a ser uma boa pessoa, tal como tu eras.

Obrigada, Duarte, por me ensinares a sorrir para a vida e a aproveitar os pequenos momentos, tal como tu fizeste.

RESUMO ANALÍTICO

O presente projeto, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, incide sobre o papel da orientação vocacional no ensino secundário e sobre o modo como esta se organiza num agrupamento de escolas do sistema público e como influencia os processos de tomada de decisão académica e profissional dos alunos. Num contexto marcado pela incerteza laboral e económica e pelas profundas transformações tecnológicas, as escolhas vocacionais dos jovens tornam-se cada vez mais complexas e exigentes, solicitando uma intervenção educativa sistemática.

Através da realização de um estudo de caso, procedeu-se à análise das práticas de orientação vocacional em contexto escolar, tendo por base três preocupações: o estudo da organização interna dos serviços e recursos disponíveis; a análise da perceção dos alunos sobre as suas necessidades e o apoio recebido; e a reflexão sobre o envolvimento das famílias na tomada de decisão.

A investigação recorreu a uma metodologia mista, envolvendo a análise documental e técnicas de recolha de dados como entrevistas e inquéritos por questionário. Os resultados demonstram que, embora exista reconhecimento da importância da orientação vocacional, a sua aplicação revela-se muitas vezes desprovida de sistematicidade e articulação com os diferentes intervenientes educativos. É notória a fraca participação dos encarregados de educação, fator que compromete a eficácia do processo e acentua desigualdades no acesso à informação e apoio vocacional. Neste sentido, o estudo propõe um conjunto de medidas com vista ao reforço da eficácia e equidade da orientação vocacional na escola.

Palavras-chave: Orientação Vocacional; Ensino Secundário; Escolha Académica e Profissional; Envolvimento Parental; Equidade.

ABSTRACT

This project, developed within the scope of the Master's Degree in Administration of Educational Organizations at the School of Education of the Polytechnic of Porto, focuses on the role of vocational guidance in secondary education and on how it is organized in a group of schools in the public system and how it influences the academic and professional decision-making processes of students. In a context marked by job and economic uncertainty and profound technological transformations, the vocational choices of young people are becoming increasingly complex and demanding, requiring systematic educational intervention.

Through a case study, the vocational guidance practices in a school context were analyzed, based on three concerns: the study of the internal organization of available services and resources; the analysis of students' perception of their needs and the support received; and reflection on the involvement of families in decision-making.

The research used a mixed methodology, involving document analysis and data collection techniques such as interviews and questionnaire surveys. The results demonstrate that, although the importance of vocational guidance is recognized, its application often lacks systematicity and coordination with different educational stakeholders. The low participation of parents/guardians is notable, a factor that compromises the effectiveness of the process and exacerbates inequalities in access to information and vocational support. In this sense, the study proposes a set of measures aimed at strengthening the effectiveness and equity of vocational guidance in schools.

Keywords: Vocational Guidance; Secondary Education; Academic and Professional Choice; Parental Involvement; Equity.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. PERTINÊNCIA DO ESTUDO	10
1.2. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO.....	11
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL.....	14
2.1. ESCOLHAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS NUMA ERA DE INCERTEZA E INSTABILIDADE	14
2.1.1. O PESO DAS INCERTEZAS ECONÓMICAS E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO MERCADO DE TRABALHO.....	17
2.1.2. EXPECTATIVAS SOCIAIS E PROFISSIONAIS DOS JOVENS	18
2.1.3. A RELEVÂNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	19
2.2. O PAPEL DAS FAMÍLIAS NAS ESCOLHAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS DOS JOVENS	23
2.2.1. PERDA DE PESO DA FAMÍLIA NAS ESCOLHAS	26
2.3. O PESO CRESCENTE DA ESCOLA NO QUOTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS E NA DETERMINAÇÃO DAS SUAS ESCOLHAS	29
2.4. A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL NO ENSINO SECUNDÁRIO.....	33
3. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR	38
3.1. PERSPETIVAS E MODELOS INTERNACIONAIS.....	38
3.2. A REALIDADE DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR EM PORTUGAL	40
3.2.1. QUADRO LEGAL.....	40
3.2.2. POLÍTICAS E DIRETRIZES	44
3.2.3. INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS NAS ESCOLAS	45
4. METODOLOGIA DO ESTUDO.....	47
4.1. MÉTODOS E TÉCNICAS E RECOLHA DE DADOS.....	47
4.1.1. RECOLHA E ANÁLISE DOCUMENTAL.....	47

4.1.2. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	48
4.1.3. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	49
4.1.4. OBSERVAÇÃO DIRETA.....	50
4.1.5. <i>FOCUS GROUP</i>	51
5. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE ESTUDO.....	52
6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	56
6.1. PERSPETIVA DA DIREÇÃO DA ESCOLA E DAS PROFISSIONAIS DO SPO	56
6.2. EXPERIÊNCIAS E PERSPETIVAS DOS ALUNOS SOBRE OV NA ESCOLA	61
7. PLANO DE AÇÃO.....	75
8. CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
APÊNDICES.....	88
APÊNDICE 1.....	89
APÊNDICE 2.....	90
APÊNDICE 3.....	92
APÊNDICE 4.....	94

1. INTRODUÇÃO

1.1. PERTINÊNCIA DO ESTUDO

Este estudo sobre a orientação vocacional reveste-se de grande importância no atual contexto educativo e social, marcado por rápidas mudanças na organização económica e produtiva, nos mercados de trabalho e em matéria de avanços tecnológicos. A orientação vocacional é um processo contínuo que visa ajudar os jovens a descobrirem as suas aptidões, interesses, habilidades e valores, apoiando-os na tomada de decisão consciente sobre o seu percurso educacional e profissional.

A investigação proposta centra-se na seguinte questão de partida: “De que modo a orientação vocacional pode ser aperfeiçoada para orientar os alunos no seu percurso no ensino secundário e, em especial, final do 12º ano?”. O foco recai no reconhecimento da necessidade de um apoio contínuo, não pontual, que auxilie na elaboração de um plano de carreira alinhado com as aspirações dos jovens, contribuindo para decisões mais informadas quanto aos seus futuros académicos e profissionais. O contexto contemporâneo, dinâmico e imprevisível, coloca os jovens perante desafios significativos na transição para o ensino superior ou o mercado de trabalho. A ausência de orientação vocacional adequada poderá resultar em escolhas desajustadas, insucesso e abandonos escolares ou insatisfação com o curso escolhido. Estudos recentes, como “Ensino profissional: Escolha vocacional ou escapatória para jovens em transição?” (2017), realizado por Sílvia Amado, Maria Taveira, Lúcia Neves e Cristina Lobo, demonstram que uma orientação vocacional bem estruturada contribui positivamente para a redução destes obstáculos, promovendo o autoconhecimento, confiança e motivação – fatores essenciais para o sucesso escolar, profissional e pessoal.

Este projeto, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, propõe-se analisar o modelo, as práticas e o impacto da orientação vocacional nas decisões dos estudantes à entrada para o ensino secundário e durante este nível de escolaridade, com vista a contribuir para formas de organização e ação que incentivem transições mais conscientes e informadas. A motivação

peçoal da investigadora, baseada numa experiêcia de insatisfação e falta de informação na escolha inicial da sua formação, impulsionou o desenvolvimento deste projeto, cujo objetivo é contribuir para evitar que outros jovens passem por incertezas e frustraões similares.

No atual sistema educacional, a orientaão aparece como apoio pontual, muitas vezes limitado ao 9ºano e à escolha do curso de ensino secundário a realizar. Geralmente, este apoio envolve apenas os próprios estudantes, deixando de fora as famílias, e têm prolongamento escasso ao longo do ensino secundário, que corresponde agora a um período de escolaridade obrigatória. É fundamental um acompanhamento contínuo, sobretudo ao longo do ensino secundário, de forma a preparar os alunos para tomar decisões informadas e adaptadas à realidade da prossecação de estudos no ensino superior e à realidade de um mercado de trabalho em constante transformaão. Ao aprofundar a relaão entre orientaão vocacional e desenvolvimento acadêmico e peçoal, este projeto pretende colaborar para o desenvolvimento de estratégias educacionais que apoiem de forma eficiente e inclusiva os jovens durante esta transião.

Com isto, este projeto busca contribuir para um sistema educativo mais atento e preparado para responder às necessidades dos alunos, promovendo a sua realizaão peçoal e profissional e alinhando as competências desenvolvidas nas escolas com as exigências de um mercado de trabalho afetado pela globalizaão e pela mudança tecnológica.

1.2. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Os objetivos de investigaão deste projeto focam-se em explorar detalhadamente o funcionamento, a perceão e as possibilidades de melhoria da orientaão vocacional no contexto escolar. Tais objetivos refletem a necessidade de compreender e aperfeioar os serviços de orientaão, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para as decisões mais conscientes e fundamentadas sobre o futuro acadêmico e profissional.

Assim, o objetivo geral deste estudo centra-se na identificaão de oportunidades concretas de melhoria da orientaão vocacional no contexto escolar, procurando contribuir para o reforço da sua eficácia junto dos alunos do ensino secundário- e, em particular, do 12ºano. Mais do que apenas compreender o impacto da Orientaão Vocacional (OV) nas decisões acadêmicas e

profissionais, este trabalho procura refletir sobre as práticas existentes e propor estratégias que tornem a orientação mais ajustada às necessidades dos estudantes. O estudo assume, assim, um papel interventivo, visando apoiar a construção de percursos educativos mais conscientes e alinhados com o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Deste objetivo geral, decorrem os seguintes objetivos específicos:

1- Analisar de que forma se organiza o sistema de orientação vocacional na escola e quais os recursos atualmente dispensados ao processo de orientação.

Este objetivo busca compreender como o sistema de orientação vocacional está estruturado na escola em questão. Serão analisados os recursos humanos, materiais e organizacionais envolvidos no processo, bem como as estratégias atualmente adotadas. A partir dessa análise, será possível identificar lacunas, desafios e boas práticas que possam ser otimizadas para oferecer um suporte mais eficaz aos alunos na escolha das suas trajetórias.

2- Compreender a perspetiva dos alunos, à entrada e à saída do ensino secundário, em relação aos serviços de orientação vocacional.

Este objetivo visa explorar as percepções dos estudantes da escola em análise sobre a eficácia e o impacto dos serviços de orientação vocacional. A investigação pretende captar as experiências, opiniões e sugestões dos alunos, oferecendo uma visão detalhada sobre como os serviços são recebidos e quais são os principais pontos de insatisfação ou sucesso. Este olhar subjetivo permitirá entender as reais necessidades e expectativas dos estudantes em relação ao processo de orientação.

3- Propor práticas que possam aperfeiçoar a organização, práticas e eficácia da orientação vocacional

Com base nos dados recolhidos e analisados em sequência da concretização dos dois objetivos anteriores, procurar-se-á sugerir estratégias e práticas inovadoras que possam melhorar os serviços de orientação vocacional na escola. As propostas avançadas são, portanto, fundamentadas em evidências e alinhadas com as necessidades dos alunos e as exigências do

mercado de trabalho atual, promovendo uma orientação vocacional mais eficiente, inclusiva e adaptada às transformações contemporâneas.

A definição destes objetivos permite um aprofundamento significativo acerca da organização e funcionamento do sistema de OV num agrupamento de escolas do setor público, com foco na sua compreensão das suas limitações e potencialidades. Ao abordar tanto os aspetos internos da organização do processo, como as perceções dos principais beneficiários – os alunos–, este projeto quis garantir uma abordagem abrangente e centrada nas necessidades reais do público-alvo. Além disso, ao propor formas de melhoria da eficácia da OV, o estudo assume um carácter proativo, sugerindo caminhos concretos para que as escolas, em geral, possam oferecer serviços mais ajustados às expectativas dos alunos e às demandas sociais e económicas. Esta contribuição é especialmente relevante no cenário da atualidade, em que o apoio vocacional pode desempenhar um papel essencial na preparação dos jovens para a vida adulta e para o prosseguimento de estudos e um mercado de trabalho dinâmico e em constante evolução.

Desta forma, o conjunto de objetivos deste projeto não só amplia o conhecimento sobre a OV na escola analisada, como também, oferece subsídios práticos para a criação de políticas e programas que possam ser replicados noutras instituições de ensino, fortalecendo o sistema educacional como um todo.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

2.1. ESCOLHAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS NUMA ERA DE INCERTEZA E INSTABILIDADE

Vivemos em tempos marcados por mudanças rápidas e imprevisíveis, onde a instabilidade económica, as crises sociais e os avanços tecnológicos remodelam continuamente o panorama académico e profissional. Em Portugal, este contexto apresenta desafios significativos para a camada jovem, que enfrenta decisões cruciais sobre o seu futuro académico e carreira. A era da globalização e da transição digital não só ampliou as oportunidades, como também trouxe consigo uma complexidade acrescida, exigindo uma reflexão profunda sobre as escolhas a fazer.

A instabilidade económica e a precaridade laboral têm sido desafios persistentes para a juventude em Portugal, dificultando a transição para uma carreira estável e bem remunerada. O aumento do custo de vida, aliado a salários pouco competitivos e à elevada taxa de desemprego jovem contribui para um sentimento de incerteza e insegurança em relação ao futuro. De acordo com dados da Comissão Europeia (2023), Portugal apresenta uma das taxas mais elevadas de emprego precário entre os jovens na União Europeia, com muitos a dependerem de contratos a termo ou do trabalho informal. Esta realidade impacta diretamente as escolhas académicas e profissionais, levando muitos a procurar alternativas no estrangeiro ou a enveredar por áreas de menor risco, mas que podem não corresponder às suas vocações e expectativas. Como referem José Reis e João Rodrigues (2011), a estrutura económica portuguesa tem-se caracterizado por uma fraca capacidade de absorção de mão de obra qualificada, o que agrava a precaridade e intensifica a fuga de talentos.

Além disso, a pressão para escolher uma formação académica alinhada com as exigências do mercado de trabalho pode gerar ansiedade e frustração entre os jovens. Com a crescente automação e digitalização, muitas profissões tradicionais estão a perder relevância, enquanto novas áreas emergem rapidamente, tornando mais difícil prever quais competências serão mais valorizadas no futuro.

Autores como Richard Sennett (2006) e Zygmunt Bauman (2000) abordam esta liquidez e imprevisibilidade do mundo laboral, destacando como a flexibilidade e a capacidade de adaptação se tornaram mais importantes do que nunca. Bauman (2000), salienta que “as mudanças aceleradas no mercado de trabalho impedem a construção de carreiras lineares e previsíveis” (p.120).

Da mesma forma, Helena Serra (2014), refere que a incerteza laboral não afeta apenas os mais jovens, mas tem repercussões em toda a estrutura social, criando novas formas de vulnerabilidade e insegurança. Porém, nem sempre os sistemas de ensino acompanham esta evolução, deixando lacunas na preparação dos estudantes para um mundo em constante mudança.

Neste contexto, a orientação vocacional e o acesso a informação qualificada tornam-se fundamentais para que os jovens possam tomar decisões informadas. Investir na educação contínua, no desenvolvimento de soft skills e na aprendizagem ao longo da vida é essencial para garantir uma maior resiliência profissional (David Autor,2019).

David Autor (2019) reforça a importância de apostar em competências transversais: “as profissões do futuro exigirão cada vez mais capacidades cognitivas superiores (...) em detrimento de tarefas repetitivas e automatizáveis” (p.28). São referidas em especial, o pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas, que permitem uma maior adaptação a diferentes contextos profissionais. Heitor (2018), argumenta que a inovação e a digitalização devem ser acompanhadas por políticas públicas que incentivem a empregabilidade jovem e reduzam as desigualdades no acesso a oportunidades, “o crescimento económico sustentável passa pelo investimento no conhecimento e na qualificação dos trabalhadores” (p.92). Assim, mais do que escolher uma profissão com base no mercado atual, é essencial cultivar uma mentalidade flexível e aberta à inovação, preparando-se para uma carreira que, muito provavelmente, será marcada por múltiplas transições ao longo da vida.

Embora as escolhas académicas e profissionais sejam frequentemente apresentadas como um exercício de liberdade individual, na prática, estas decisões estão profundamente condicionadas por fatores externos, como o contexto social, económico e cultural. Assim, aquilo que parece ser uma escolha livre é, na verdade, moldada por um conjunto de circunstâncias que limitam e/ou influenciam as opções disponíveis.

Marques (2004), diz-nos que a inserção profissional dos jovens constitui, atualmente um dos principais marcos de transição para a vida adulta, e é também uma das dimensões mais impactadas pelas mudanças estruturais do mercado de trabalho. Portanto, se antes o diploma era visto como um passaporte garantido para o sucesso profissional, hoje essa relação é marcada pela crescente desvalorização das qualificações formais e pela exigência de atributos adicionais. A não correspondência entre a formação académica e as exigências do mercado de trabalho tornou-se uma realidade recorrente, contribuindo para taxas elevadas de desemprego e precaridade.

A volatilidade do mercado de trabalho é uma das características mais evidentes desta nova era. Profissões outrora consideradas estáveis estão a desaparecer ou a transformar-se radicalmente devido à automação e à inteligência artificial. Simultaneamente, áreas emergentes, como a ciência de dados, as energias renováveis e a cibersegurança, ganham relevância, mas requerem competências específicas muitas vezes ainda pouco integradas nos currículos tradicionais. Em Portugal, a taxa de desemprego continua a ser uma das preocupações permanentes, aumentando a pressão sobre os estudantes para fazerem escolhas que garantam a sua empregabilidade a médio e longo prazo (Marques, 2004).

A incerteza económica global, exacerbada por crises como a pandemia de COVID-19, reforçou a necessidade de uma abordagem flexível e resiliente na gestão das carreiras. Os jovens enfrentam não apenas a pressão para escolher cursos ou profissões de alto potencial, como também para desenvolver competências transversais, como adaptabilidade, pensamento crítico e criatividade, que são cada vez mais valorizadas pelos empregadores.

Este cenário de incerteza é especialmente crítico para os jovens que enfrentam dificuldades de acesso ao primeiro emprego. A transição da escola para o mercado de trabalho, frequentemente

caracterizada por estágios, empregos temporários e períodos de inatividade, acentua a sensação de instabilidade e de desemprego, desafiando o ideal profissional que muitos jovens ainda associam à realização pessoal e à autonomia, “não será exagerado sustentar que para a maioria dos jovens da sociedade moderna, a transição fundamental é aquela que se concretiza com a saída do sistema educativo e a entrada no mercado de trabalho” (Marques, 2004, p.144).

2.1.1. O PESO DAS INCERTEZAS ECONÓMICAS E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO MERCADO DE TRABALHO

As condições do mercado de trabalho também influenciam fortemente as escolhas profissionais. Muitos jovens sentem-se inclinados a optar por áreas com maior empregabilidade imediata, mesmo que não correspondam às suas vocações. A elevada taxa de desemprego jovem em Portugal e a precaridade laboral em setores tradicionais geram uma mentalidade de “segurança” que favorece profissões consideradas estáveis ou em crescimento, enquanto áreas artísticas ou humanísticas, por exemplo, podem ser evitadas por receios de instabilidade financeira.

Esta reflexão inicial serve como ponto de partida para uma reflexão muito mais ampla sobre como, em Portugal, os jovens podem navegar neste cenário desafiador e ainda assim, encontrar sentido e realização nas suas escolhas.

Num cenário de crescente imprevisibilidade, a orientação vocacional deve ser entendida como um instrumento de capacitação que fornece aos alunos do ensino secundário recursos práticos, informação estruturada e acompanhamento personalizado. O seu papel vai além da simples transmissão de opções académicas; trata-se de criar condições para que os estudantes desenvolvam competências de exploração vocacional, tomada de decisão informada e adaptação às exigências de um mercado de trabalho em constante transformação. Para que esta resposta seja eficaz, torna-se essencial articular o trabalho das escolas com instituições de ensino superior, empresas e organismos públicos, promovendo programas de orientação vocacional que estejam alinhados com os perfis de empregabilidade emergentes e com os contextos reais de inserção profissional.

De acordo com Marques (2004), o processo de inserção profissional dos jovens é um tema central na compreensão das dinâmicas económicas e sociais contemporâneas, refletindo a história das transformações que moldaram a estrutura social ao longo do tempo. Mais do que um problema restrito à esfera do trabalho, trata-se de uma questão multifacetada que abrange diferentes transições rumo à vida adulta e espelha as complexidades do contexto público, económico e cultural de cada época.

Em Portugal, a condição económica familiar desempenha um papel determinante nas escolhas académicas e profissionais. Jovens de famílias com menores recursos podem ver-se forçados a optar por cursos mais acessíveis financeiramente, escolher instituições mais próximas de forma a evitar custos adicionais, ou mesmo a adiar o ensino superior para ingressar no mercado de trabalho precocemente. Adicionalmente, os custos associados à educação- como propinas, material didático e deslocações- continuam a ser barreiras significativas, especialmente para estudantes de zonas mais periféricas ou rurais (Marques, 2004).

2.1.2. EXPECTATIVAS SOCIAIS E PROFISSIONAIS DOS JOVENS

Marques (2004) revela-nos que, no passado, a juventude era vista como uma relação direta de filiação ou de educação orientada para o mérito. No século XX, esta visão evoluiu para uma conceção mais ampla, na qual a juventude passou a ser analisada como um processo de socialização mediado pela família, escola e outras instituições. As transições para a vida adulta passaram a ser observadas de maneira menos linear, com o prolongamento da escolaridade, a descontinuidade das trajetórias profissionais e o adiamento da emancipação residencial e familiar. Essa “deslinearização” das trajetórias trouxe consigo novos desafios, principalmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho

Assim, o “modelo normativo” de um percurso de vida standardizado (escola, trabalho, casa, família) ainda que tenha vindo a ser cada vez menos abrangente na atualidade, continua a ser apropriado enquanto norma social, apesar de toda a incerteza e precaridade. Este modelo normativo representa nos dias de hoje o que é “socialmente legítimo e desejável ser vivido” o que por sua vez influencia de forma direta a forma como cada um vê o seu trajeto e como cada trajeto de vida é visto e julgado pelo olhar do outro (Pappámikail,2022, p.17). Pappámikail (2022) acredita

que muitos dos jovens vivem a juventude enquanto tempo de construção de si, “uma etapa legítima para a preparação da vida adulta, etapa celebrada (e desprezada) em tempos.” (p.17).

As normas e expectativas sociais são condicionantes importantes. A pressão para seguir determinadas áreas de estudo consideradas “prestigiadas” – como Direito, Medicina ou Engenharia – reflete-se em muitas das decisões destes jovens, mesmo que essas escolhas não estejam alinhadas com as verdadeiras aptidões ou interesses dos estudantes. Por outro lado, em comunidades onde o ensino superior não é valorizado, os jovens podem sentir-se desencorajados a investir numa formação universitária, preferindo ingressar diretamente em profissões locais ou em setores de baixa qualificação.

Tendo em conta o que nos diz Pappámikail (2022), a massificação do ensino superior em países como Portugal produziu uma geração altamente qualificada, mas também contribuiu para o chamado processo de proletarização das classes médias. Cada vez mais os jovens ingressam no mercado de trabalho em condições precárias, enfrentando baixos salários, vínculos laborais instáveis e poucas possibilidades de mobilidade social. Com este nível de precaridade, existe um impacto profundo nas aspirações e nos projetos de vida dos jovens.

2.1.3. A RELEVÂNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Com base em Marques (2004), a juventude, como categoria social, não é um estado fixo, mas um processo marcado por múltiplas transições. Estas transições incluem, de forma geral, a construção de uma identidade social e de um conjunto de crenças e valores, a orientação e inserção profissionais, a formação de uma identidade familiar e residencial e, finalmente, autonomização pessoal. Todas essas etapas configuram a experiência juvenil como uma soma de influências recíprocas que refletem os desafios e as oportunidades do período histórico em que os jovens estão inseridos. Dado o atual contexto caracterizado por fenómenos de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, “aceita-se sobretudo, a ideia de que as difusões dos efeitos desses fenómenos oscilem em função de características como o sexo, a idade, a classe social de origem, o nível de formação, a origem geográfica, entre outros.” (Marques, 2004, p.151).

Mais do que uma questão individual, a inserção profissional deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de reprodução e transformação do sistema social. As dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressar no mercado de trabalho são indicativas das tensões entre a necessidade de renovação e inovação nas economias modernas e a persistência de desigualdades estruturais que limitam o acesso de determinados grupos às oportunidades disponíveis.

Podemos então dividir este contexto social em duas grandes partes, o macrossocial e o microssocial. Este primeiro nível relaciona-se com as questões de reprodução de posições, estruturas e relações sociais. Marques (2004) acredita que os jovens oriundos de diferentes classes sociais, por exemplo, não experimentam a socialização de maneira uniforme o que tem óbvias implicações nas suas trajetórias, incluindo as escolhas e concretizações em matéria académica e profissional. Enquanto aqueles de meios mais favorecidos dispõem de redes de apoio e recursos para navegar melhor pelas incertezas, os jovens de classes populares enfrentam maiores desafios para superar as barreiras impostas pela precaridade e pelo desemprego. Estas desigualdades persistem, mesmo em contextos de democratização do acesso à educação, refletindo a influência duradoura do capital social e económico na determinação das trajetórias juvenis.

A disparidade entre regiões em Portugal também exerce influência sobre as escolhas. Enquanto as grandes áreas metropolitanas, como Lisboa e Porto, oferecem maior diversidade de cursos e instituições, em zonas do interior a oferta educativa é mais limitada, o que pode restringir as possibilidades dos jovens. Desta forma, as probabilidades de acesso ao ensino superior surgem mais ou menos condicionadas ou diferenciadas consoante a família de origem dos candidatos e o seu contexto social e territorial, ou seja, “as desigualdades sociais de acesso ao ensino superior e de profissionalização entre os jovens oriundos de diferentes meios sociais persistem” (Marques, 2004, p.154). Este fator torna-se ainda mais relevante quando se considera o impacto do despovoamento e da falta de oportunidades locais, que forçam muitos jovens a abandonar as suas comunidades de origem para procurar educação ou trabalho em outros locais – ou até mesmo emigrar. Perante esta circunstância, o papel da escola pública e dos serviços que ela pode providenciar, em especial em matéria de apoio académico e orientação vocacional, adquire ainda maior importância.

Já num segundo nível analítico, microsocial, estão em causa os mundos vividos pelos jovens, “suas interações, aspirações e projetos de vida, receios e angústias perante o futuro” (Marques, 2004, pp. 154-155). Por exemplo, a descontinuidade e o prolongamento do tempo de escolarização contribuem para a consolidação de uma nova etapa na vida dos jovens: o período de jovem-adulto. Esta fase caracteriza-se por uma extensão no tempo de dependência familiar e por um adiamento das responsabilidades tradicionais associadas à vida adulta: “Todos os dados sociológicos sobre a participação dos jovens na educação, a inserção profissional e a emancipação familiar confirmam a difusão e intensidade destas tendências” (Marques, 2004, p. 144). Esta nova configuração reflete não apenas dificuldades económicas e estruturais, como também mudanças normativas nas expectativas sociais e culturais em relação ao trabalho, relações afetivas e à própria identidade pessoal. Marques (2004) – que aqui acompanhamos muito de perto – afirma que uma das consequências deste fenómeno é o facto de os jovens contemporâneos viverem em um contexto de pluralidade de escolhas e caminhos, mas também de maior ansiedade em relação ao futuro, devido à perda de referências identitárias estáveis.

Dentro do plano microsocial, há também “preocupações legítimas e genuínas em almejar uma sociedade que crie oportunidades de concretização dos direitos sociais dos jovens” (Pappámikail, 2022, p.21). Depois, para além desta questão mais geral, surgem as questões de ordem pragmática: sem salários razoáveis ou empregos minimamente estáveis, muitos jovens veem-se arredados, por exemplo, do acesso ao mercado de habitação, cada vez mais competitivo, adiando, também por esta via, a saída de casa dos pais.

Portanto, é um erro comum imaginar que a juventude contemporânea valorize a instabilidade; na verdade, a maioria dos jovens deseja a estabilidade, sonham com uma carreira gratificante, uma casa própria e uma família, embora esta última possa assumir formatos diversos nos dias de hoje. Porém, diante das dificuldades estruturais e contextuais, muitos deles são forçados a priorizar a realização pessoal imediata em detrimento de uma estabilidade económica (Pappámikail, 2022). Tal reflete um paradoxo: enquanto os jovens são pressionados a pensar no futuro e a preparar-se para ele, muitas vezes eles deparam-se com um presente que os impede de avançar e de projetar o médio e o longo prazos.

Para além disto, alguns discursos colocam a culpa da situação sobre os próprios jovens – ora vistos como desesperados, ora como desinteressados; mas é evidente que as dificuldades enfrentadas por esta geração são resultado de dinâmicas estruturais que escapam ao controlo individual.

Esta discussão sobre os chamados “problemas juvenis” pode assumir duas perspetivas principais. Por um lado, os jovens são vistos como objeto de estudo, analisando-se as práticas discriminatórias do mercado de trabalho, que desfavorecem certos grupos de trabalhadores. Por outro lado, os jovens aparecem como sujeitos e a análise recai sobre a sua suposta inadequação às exigências das vagas disponíveis, seja devido à falta de qualificação ou experiência, ou até mesmo por uma suposta “aversão ao trabalho”: “curiosamente, pode chegar-se a uma situação limite que consiste em culpabilizar o jovem (agente social) por ser jovem (objeto social)” (Marques, 2004, p. 150).

Assim, Marques (2004) refere que a juventude pode ser interpretada de diversas formas, dependendo dos contextos semânticos: como vítima ou ameaça, como exemplo de marginalização ou de adaptação à sociedade, como símbolo de rebeldia ou de apatia, como expressão de medo ou de esperança, como negação do futuro ou a sua antecipação, sendo vista tanto como sujeito, quanto como objeto, entre outras imagens polares.

Assim sendo, a responsabilização do jovem pela sua condição de objeto social revela uma contradição significativa: ao mesmo tempo que se espera que ele se adapte às exigências do mercado, muitas vezes são-lhe negadas as ferramentas e as condições necessárias para essa adaptação. Este paradoxo é particularmente evidente na falta de alinhamento entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, que frequentemente resulta num desperdício de potencial humano e frustrações acumuladas.

Por fim, com base em Pappámikail (2022), importa reconhecer que a resolução desta problemática não é uma responsabilidade exclusiva dos jovens. É necessário um esforço coletivo para criar condições que permitam à juventude transformar os seus sonhos em realidade. O futuro pode ser incerto; contudo, “o futuro não deixa em circunstância alguma de ser imaginado e de ser

sonhado". É necessário criar um amanhã onde os jovens possam não apenas sonhar, mas viver os seus sonhos (Pappámikail, 2022, p. 25).

Assim, as escolhas académicas e profissionais raramente são feitas num cenário pleno de autodeterminação e liberdade. Em vez disso, são o resultado de um equilíbrio complexo entre os desejos individuais e os constrangimentos externos. Reconhecer este contexto é fundamental para criar políticas públicas e práticas educativas que reduzam essas desigualdades e ampliem o acesso a oportunidades. Só assim será possível garantir que cada jovem em Portugal possa alcançar o seu verdadeiro potencial, independentemente das circunstâncias em que nasceu.

2.2. O PAPEL DAS FAMÍLIAS NAS ESCOLHAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS DOS JOVENS

Com base em Gonçalves e Coimbra (2007), o desenvolvimento vocacional constitui-se como uma dimensão integradora do desenvolvimento psicológico global, é um processo complexo que integra diversas dimensões da vida do indivíduo, como a educação, as experiências sociais e familiares, e a formação de uma identidade pessoal e profissional. Neste contexto, os pais desempenham um papel central ao orientar os seus filhos e influenciar as suas trajetórias por meio de apoio explícito e implícito nas fases decisivas de escolha e planeamento de carreira. Assim, todas as ações conjuntas realizadas entre a família são construídas socialmente, isto é, "é no contexto social impregnado pelo conjunto de valores, normas, afetos significados, crenças culturais, acontecimentos históricos e os legados difusos- que constituem o cimento da sociedade- que, direta ou indiretamente, influenciam a construção de projetos pessoais e familiares" (p.2).

Segundo o modelo ecológico de Bronfenbrenner, o desenvolvimento vocacional ocorre em interação com diferentes contextos, como a família, a escola e a comunidade. Nesse sentido, o microsistema familiar é o núcleo primário de influência, onde são transmitidos valores, opiniões e expectativas sobre o mundo do trabalho. A perspetiva construtivista reforça que as trajetórias vocacionais não são simplesmente descobertas, mas sim construídas a partir das experiências e interações do sujeito com o meio que o rodeia (Bronfenbrenner,1979).

O estudo de Gonçalves e Coimbra (2007), afirma que este processo vocacional se processa ao longo da vida do indivíduo, através das relações que o sujeito psicológico estabelece com os segmentos diversificados da realidade, implicando por sua vez a desconstrução de projetos anteriores e a reconstrução de novos. Isto amplia a relevância do papel dos pais, que não se limita ao suporte financeiro ou estrutural, mas envolve a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da autonomia e da exploração vocacional.

Os pais influenciam diretamente o processo de escolha profissional de várias maneiras. Ao proporcionar atividades de exploração vocacional, como visitas a locais de trabalho e participação em eventos acadêmicos e culturais, ampliam a visão dos filhos sobre o mundo profissional. Além disso, o suporte emocional e instrumental garante maior segurança na tomada de decisões.

Outra forma de influência dá-se por meio do discurso familiar sobre o trabalho. Conversas sobre as dificuldades, o valor do trabalho, "mensagens verbais ou atitudinais, implícitas ou explícitas que intencionalmente ou não, se transmitem na vida quotidiana familiar, contribuindo decisivamente para a construção dos projetos dos seus filhos" (Gonçalves & Coimbra, 2007, p.4)

Outros autores que aqui estamos a acompanhar (Gonçalves e Coimbra, 2007), acreditam que o estatuto sociocultural e económico da família "sobretudo os níveis de educação e qualificação profissional dos pais" (p.4), é um fator influenciador na construção dos projetos vocacionais dos filhos. Os pais tendem a "transmitir aos seus filhos valores da realidade do mundo do trabalho, isto é, as dimensões que eles próprios consideram importantes e nucleares para o sucesso profissional" (p.4). Com isto, famílias de níveis socioeconómicos mais elevados tendem a enfatizar a autonomia, a liderança e a realização pessoal, valores que vão no sentido da competitividade e independência, enquanto famílias de classes mais baixas tendem a valorizar a estabilidade económica e a conformidade às regras, valores que vão no sentido da obediência e conformidade. Estes indivíduos de níveis socioculturais e económicos médio baixo e baixo tendem a ter expectativas mais reduzidas relativamente à sua formação profissional. Tal acontece, pois, todo o seu contexto de vida vai de encontro aos "constrangimentos económicos e sociais que os empurram inevitavelmente para a primeira oportunidade de trabalho- pelo abandono precoce do sistema de formação- que lhes garante a si e aos seus a sobrevivência." (p.5).

Assim, as condições económicas preveem as trajetórias vocacionais, famílias mais favorecidas dispõem de mais recursos, tanto financeiros quanto culturais, para apoiar os filhos nas suas escolhas, enquanto adolescentes de classes menos privilegiadas enfrentam barreiras que limitam o acesso a formações de qualidade e empregos bem remunerados. Tendo isto em conta, “não é indiferente e insignificante nascer num contexto familiar onde existe estabilidade emocional que garanta a segurança de um projeto de vida ou provir de uma família destruída e disfuncional; não é irrelevante viver em ghettos de exclusão social ou viver em zonas privilegiadas onde se pode aceder às oportunidades que possam possibilitar maior sucesso” (Gonçalves e Coimbra, 2007, p.4).

Embora o discurso social promova a igualdade de oportunidades, a realidade mostra que o sucesso profissional está frequentemente vinculado ao capital social e cultural das famílias. Pais com maior nível educacional incentivam a exploração de opções mais amplas, no entanto, “não deixam de os questionarem sobre o realismo das suas opções, antecipando-lhes as possíveis consequências das suas decisões” (Gonçalves e Coimbra, 2007, p.5). Por seu lado, pais com menor escolaridade tendem a limitar as expectativas dos filhos, reforçando o ciclo de desigualdade social.

Tendo em conta Gonçalves (2022), diante esta realidade, torna-se evidente a necessidade de instruções específicas no âmbito da orientação vocacional. No quadro da escola pública e da sua missão, este é um aspeto relevante para assegurar maior equidade e contrariar os efeitos das origens sociais desiguais. Propostas como consultoria parental, que visa capacitar os pais a lidar com as tarefas de desenvolvimento vocacional dos filhos, podem ser eficazes. Além disso, incluir os pais em programas de orientação vocacional, seja por meio de escritórios ou participação ativa em projetos, contribui para fortalecer o papel da família nesse processo. Em especial, é fundamental implementar programas de apoio às famílias de baixos rendimentos e com poucos recursos, garantindo que também possam oferecer suporte adequado, de forma a reduzir as desigualdades de oportunidades.

Portanto, o papel dos pais no desenvolvimento vocacional dos filhos vai além da simples transmissão de valores ou do fornecimento de recursos materiais: “efetivamente, a família constitui, desde a infância, uma fonte de informação primária sobre o self e o mundo do trabalho,

modela atitudes e comportamentos, é encarada e utilizada como fonte de suporte emocional e material” (Gonçalves, 2022, p.17). Este envolve a criação de um ambiente afetivo e estimulante, que permite aos jovens explorar as suas opções com segurança e apoio. No entanto, esta influência familiar é condicionada pelas disparidades socioeconómicas, o que reforça a necessidade de políticas públicas e ações de intervenção psicológica para garantir que todos os adolescentes tenham acesso a oportunidades de sucesso profissional, independentemente da sua origem social.

Ainda que deva ser destacada a forte influência dos pais, e a necessidade de com eles trabalhar, é importante destacar que a orientação vocacional deve ser compreendida como um processo que envolve múltiplos contextos, como a escola e os serviços especializados. Afinal, tal como Gonçalves (2022) nos diz, os projetos de cada indivíduo não se constroem de forma isolada, mas sim numa relação recíproca com os subsistemas relacionais a que este pertence. A escola, ao proporcionar momentos de reflexão e exploração vocacional, pode complementar o papel familiar e oferecer suporte adicional, especialmente para jovens que não contam com um ambiente familiar propício.

2.2.1. PERDA DE PESO DA FAMÍLIA NAS ESCOLHAS

Como vimos, ao longo do tempo, a família desempenhou um papel central na escolha vocacional dos jovens, influenciando diretamente as suas decisões sobre o futuro profissional. Segundo Gonçalves (2006), “a família sempre desempenhou um papel estruturante na definição das trajetórias profissionais dos seus membros, influenciando decisivamente as suas escolhas” (p.45). Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma diminuição gradual da influência familiar nesse processo, à medida que outros agentes sociais, como a escola e o mercado de trabalho, passam a ocupar um lugar de maior destaque na formação das preferências e expectativas dos jovens (Rodrigues, 2020, p.78). Esta mudança reflete transformações sociais, culturais e económicas significativas, que alteram a dinâmica familiar e a relação dos jovens com o mundo profissional.

Tradicionalmente, a escolha vocacional dos jovens era fortemente orientada pelos pais, tanto devido ao seu papel como principais provedores de informação sobre o mercado de trabalho

quanto pela transmissão de valores e expectativas. Como afirma Mota (2008), “os jovens costumavam ter as suas escolhas condicionadas pelo que a família considerava adequado, muitas vezes reproduzindo padrões familiares” (p.92). Em muitos casos, os filhos seguiam carreiras semelhantes às dos pais ou, pelo menos, ajustavam as suas escolhas às expectativas familiares (Pinto & Soares, 2000).

No entanto, as profundas mudanças sociais ocorridas ao longo do século XX, como a maior democratização do acesso à educação, o avanço tecnológico e a diversificação das opções profissionais, contribuíram para reduzir essa influência direta da família. Segundo Taveira e Silva (2010), a democratização do ensino superior e o acesso mais diversificado de cursos “reduziram a dependência exclusiva da família na orientação vocacional dos jovens” (p.110). Atualmente, os jovens têm mais autonomia na tomada de decisões relacionadas com o seu futuro profissional, graças à maior disponibilidade de informação, ao aumento do papel das instituições escolares na orientação vocacional e à crescente valorização da individualidade.

A escola, em particular, tornou-se uma referência importante para os estudantes no que diz respeito ao acesso a conhecimento sobre diferentes áreas profissionais e ao desenvolvimento de competências necessárias para a inserção no mercado de trabalho. Como observa Mota (2019), “as instituições de ensino assumem um papel cada vez mais central na formação profissional dos jovens, suprimindo lacunas deixadas pela orientação familiar” (p.98). Este contexto reduz a necessidade de os jovens dependerem exclusivamente da família para obterem orientação e aconselhamento.

Outro fator que contribui para a perda de “peso” da família na escolha vocacional dos jovens é a crescente diversificação das carreiras e das exigências do mercado de trabalho. Em gerações anteriores, a transmissão de conhecimentos práticos e valores profissionais de pais para filhos era mais direta, especialmente em contextos em que as profissões passavam de geração em geração, como na agricultura, no comércio e na indústria (Rodrigues, 2020).

No entanto, como notam Taveira e Silva (2010), a modernização das sociedades e a proliferação de novas profissões dificultam a manutenção desse modelo, uma vez que muitos pais desconhecem ou têm pouca experiência nas áreas que hoje se apresentam como opções viáveis

e atrativas para os jovens. Além disso, o afastamento geográfico entre pais e filhos, promovido pela mobilidade estudantil e profissional, também contribui para essa mudança. Segundo Pinto & Soares (2000), “a crescente mobilidade dos jovens para outras cidades ou países reduz o contato direto com a família, diminuindo a sua influência nas decisões de carreira” (p.71). Portanto, à medida que mais jovens deixam as suas casas para estudar ou trabalhar em outras cidades ou países, diminui a proximidade física e emocional que antes facilitava a influência familiar nas decisões relacionadas à carreira. Este fenómeno, aliado à maior valorização da independência dos jovens, reforça a ideia de que a escolha vocacional se tornou, em grande parte, um processo menos condicionado pelo núcleo familiar.

Entretanto, embora a influência da família tenha diminuído, ela não desapareceu por completo. Em muitos casos, a família ainda exerce um papel relevante, especialmente em contextos onde os jovens enfrentam dificuldades económicas ou emocionais que afetam a sua autonomia (Santos, 2000). Nestes casos, os pais continuam a atuar como uma rede de apoio, oferecendo não apenas recursos materiais, mas também conselhos e segurança emocional durante o processo de escolha vocacional. Como enfatiza Mota (2008), ainda que a influência da família tenha diminuído ao longo do tempo, “a família continua a ser um suporte essencial para os jovens em momentos de decisão” (p.105).

Por fim, é importante destacar que a perda de peso da família na escolha vocacional dos jovens não deve ser vista como um problema, mas sim como um reflexo das transformações sociais que privilegiam a autonomia e a liberdade de escolha. Embora a família tenha perdido parte de sua influência direta, ela continua a ser um pilar fundamental no desenvolvimento emocional e social dos jovens, contribuindo de forma indireta para a formação das suas identidades e valores (Rodrigues, 2020). Assim, a escolha vocacional torna-se cada vez mais um processo multifatorial, no qual a escolha, o mercado de trabalho, a sociedade e a própria família desempenham papéis complementares.

2.3. O PESO CRESCENTE DA ESCOLA NO QUOTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS E NA DETERMINAÇÃO DAS SUAS ESCOLHAS

A escola exerce um papel cada vez mais fundamental na formação dos indivíduos, não apenas no desenvolvimento de competências académicas, mas também na orientação para o futuro profissional dos alunos. Esse papel torna-se particularmente importante durante o ensino secundário, fase em que os jovens enfrentam decisões cruciais relacionadas com a continuidade dos seus estudos ou a entrada no mercado de trabalho. A orientação vocacional, nesse contexto, surge como um dos principais serviços que as instituições de ensino podem e devem oferecer para ajudar os alunos a tomarem decisões mais conscientes e fundamentadas, promovendo o sucesso pessoal e profissional.

Historicamente, a orientação vocacional começou como um mecanismo social voltado para a seleção de profissionais adequados às novas exigências impostas pela revolução industrial. Na época, tratava-se de uma abordagem muito mais focada nas necessidades do mercado de trabalho do que nas aptidões e interesses dos indivíduos. O marco inicial desse processo foi o trabalho de Frank Parsons (1909), que dinamizou um modelo mais sistematizado para ajudar as pessoas a escolherem uma profissão, considerando os seus interesses, capacidades e a realidade do mercado, "Na escolha sensata de uma vocação, existem três grandes fatores: uma compreensão clara de si próprio, das suas aptidões, capacidades, interesses, ambições, recursos, limitações e das suas causas." (Parsons, 1909, p. 2). De acordo com Parsons (1909), todos os jovens necessitam do auxílio de um orientador vocacional, até porque uma escolha equivocada ou sem qualquer planeamento pode resultar em ineficiência, insatisfação e até mesmo prejuízos para a economia.

Com o passar do tempo, esta abordagem evoluiu significativamente: o foco passou do mercado para o indivíduo, com ênfase no desenvolvimento de competências ao longo da vida.

Em Portugal, a orientação vocacional tardou a ganhar relevância devido ao contexto histórico e político do país. Foi apenas nas décadas de 1970 e 1980, com a criação dos cursos de psicologia nas universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, que se iniciou um movimento mais estruturado

nesta área. O grande avanço institucional em Portugal ocorreu com a publicação do Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de maio, que formalizou a presença de psicólogos nas escolas, definindo as suas funções, incluindo a orientação escolar e profissional. Este documento estabelece que os psicólogos escolares devem apoiar os alunos, professores e pais, promovendo o sucesso escolar e facilitando a transição dos jovens para as etapas subsequentes da vida académica e profissional.

Atualmente, a escola tem desempenhado um papel cada vez mais central na orientação vocacional dos jovens, influenciando diretamente nas suas escolhas futuras. Como confirma Cardoso (2016), as instituições escolares devem promover um trabalho sistemático no domínio da orientação vocacional, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Diante um mundo em constante transformação, com um critério cada vez mais complexo e especializado, a instituição escolar tem sido desafiada a ir além do ensino tradicional, tornando-se um espaço de apoio e preparação para a transição dos estudantes para o futuro dos mesmos.

Este peso crescente da escola na decisão vocacional resulta, em grande parte, da necessidade de os jovens desenvolverem competências e adquirirem informações que os ajudem. Os avanços tecnológicos e a globalização aceleraram mudanças nos perfis das profissões, tornando difícil para os jovens escolherem caminhos profissionais sem um apoio estruturado. Caranguejeiro (2018) sustenta que a escola é um espaço privilegiado para desenvolver práticas de orientação vocacional, dado o seu papel central no quotidiano dos jovens. Neste sentido, a escola é vista como o ambiente ideal para fornecer esse suporte, uma vez que ocupa um papel central no quotidiano dos estudantes durante a fase de maior indefinição das suas trajetórias.

O crescente impacto da escola na escolha vocacional dos jovens deve-se, em grande medida, à presença de programas e serviços de orientação cada vez mais abrangentes. Os serviços de psicologia e orientação são responsáveis por ajudar os alunos a explorar os seus interesses, avaliar as suas competências e tomar decisões de forma consciente.

Estes serviços, muitas vezes conduzidos por psicólogos escolares, oferecem intervenções diversificadas, como sessões individuais de aconselhamento vocacional, nas quais os jovens podem discutir as suas dúvidas e preocupações relativamente ao futuro, e sessões em grupo ou

em turma, que promovem a partilha de experiências e esclarecerem dúvidas gerais sobre percursos académicos e profissionais (ITAD, 2025). Além disso, visitas a instituições de ensino superior e feiras de emprego ampliam a perceção dos alunos sobre as opções disponíveis. Estes estudos apontam que, quando a escola disponibiliza estes serviços de forma sistemática, os jovens apresentam uma maior satisfação com os percursos escolhidos. O apoio fornecido pela escola contribui, assim, para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, ao capacitá-los a lidar com dilemas e incertezas que surgem durante o processo de tomada de decisão.

Para além dos serviços formais de orientação, a própria experiência escolar exerce uma influência significativa na decisão vocacional dos jovens. A convivência com professores, colegas e profissionais externos contribui para a construção das suas expectativas em relação ao futuro. Segundo Caranguejeiro (2018), professores, em especial, desempenham um papel crucial ao atuarem como mentores, transmitindo conhecimentos sobre diferentes áreas do saber e incentivando os estudantes a desenvolverem interesses específicos.

O currículo escolar, por sua vez, também influencia de forma indireta para a formação vocacional. As disciplinas ministradas, as atividades extracurriculares e os projetos escolares oferecem oportunidades para que os jovens descubram áreas de interesse e habilidades que, muitas vezes, condicionam as suas escolhas. Uma maior exposição a áreas técnicas, científicas e artísticas amplia o leque de opções consideradas pelos alunos, facilitando a escolha de um caminho mais alinhado com as suas aptidões e preferências. Como refere o ITAD (2025), a experiência curricular deve proporcionar momentos de contacto com diferentes áreas do saber e contextos de trabalho para que o leque de possibilidades seja ampliado para a visão destes jovens. Além disso, a cultura escolar- refletida nos valores e expectativas promovidos pela instituição- molda a forma como os estudantes percebem a importância da escolha vocacional.

Cardoso (2016) confirma que as escolas que promovem um ambiente de apoio, incentivo à exploração de interesses e valorização da diversidade de percursos contribuem para que os jovens se sintam mais confiantes e motivados a definir os seus objetivos profissionais. Estes ambientes educativos incentivam a exploração, a autonomia e a reflexão crítica dos jovens, reduzem também os níveis de ansiedade associados às escolhas que os mesmos têm de tomar.

Apesar do peso crescente da escola na escolha vocacional dos jovens, existem vários desafios que limitam a eficácia desse papel. Um dos principais entraves é a disparidade na oferta de serviços de orientação entre diferentes escolas, o que cria desigualdades no acesso ao apoio necessário para uma decisão informada. Em muitas instituições, os serviços de orientação vocacional são insuficientes ou mesmo inexistentes, devido à falta de recursos humanos e financeiros.

Outro desafio relevante é a falta de formação específica de muitos profissionais da educação para lidar com questões vocacionais. Bourbon (2015) aponta que muitos estabelecimentos de ensino não têm técnicos especializados em número suficiente para assegurar uma resposta eficaz às necessidades dos alunos, o que leva a uma desigualdade no acesso à orientação. Embora os psicólogos escolares possuam em geral, formação adequada, muitos professores e orientadores carecem de conhecimentos e estratégias que os capacitem a apoiar eficazmente os jovens no processo de escolha vocacional.

Além disso, a pressão social e familiar que os jovens enfrentam para escolher percursos considerados “seguros” ou “bem-sucedidos” pode dificultar a exploração genuína de interesses pessoais. Neste contexto, a escola pode ser um agente facilitador, mas também pode reforçar essas pressões, se não adotar uma abordagem centrada no indivíduo e no desenvolvimento integral do aluno. Cardoso (2016) observa que a orientação vocacional deve ter um caráter personalizado, centrado no indivíduo e nas suas potencialidades, contrariando lógicas de uniformização que ainda prevalecem. Com a crescente valorização da orientação vocacional nas políticas educativas, é provável que a escola continue a desempenhar um papel cada vez mais relevante no apoio às decisões dos jovens.

Caranguejeiro (2018) defende que algumas tendências e perspectivas futuras apontam para uma maior integração de conteúdos vocacionais no currículo escolar, através de estratégias mais integradas, nas quais as competências de tomada de decisão e exploração vocacional sejam trabalhadas desde os primeiros anos do ensino básico. A expansão das parcerias entre as escolas e as instituições externas, como universidades, empresas, centros de formação, também poderá ser fortalecida, oferecendo aos jovens uma maior diversidade de experiências e oportunidades de aprendizagem sobre o mundo do trabalho.

Esta evolução, com as parcerias e uso de ferramentas digitais, por exemplo, “permitem um acesso mais diversificado e atualizado à informação profissional, complementando eficazmente o trabalho presencial dos serviços escolares” (ITAD, 2025, p. 6). Além disso, o uso de tecnologias na orientação vocacional, por meio de ferramentas digitais, como plataformas de exploração de carreiras e programas de mentoria online, poderá complementar o trabalho realizado nas escolas, permitindo que os alunos tenham acesso a informações atualizadas e personalizadas sobre as suas opções.

Em suma, tal como afirma Cardoso (2016), o serviço de orientação vocacional no contexto escolar deve ajudar os alunos a identificarem os seus interesses, valores e competências pessoais e profissionais; fornecer informações claras sobre as diferentes opções académicas e profissionais, bem como os caminhos necessários para alcançá-los; apoiar os alunos na análise crítica das opções disponíveis, fazendo escolhas que sejam alinhadas com os seus objetivos e características pessoais; e, por fim, diminuir o impacto emocional associado às decisões de carreira, que podem gerar insegurança e ansiedade nos jovens.

2.4. A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL NO ENSINO SECUNDÁRIO

A orientação vocacional desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos estudantes do ensino secundário, especialmente num momento crítico de transição para a vida adulta e mercado de trabalho. Assim, com base em Terroso (2021), os serviços de orientação de carreira desempenham um papel fundamental na atuação dos psicólogos escolares, sendo um dos serviços mais relevantes oferecidos aos estudantes, especialmente em momentos de transição educacional e profissional, “minimizando os riscos de escolhas inadequadas e promovendo uma trajetória mais estruturada e segura” (p.89).

Historicamente, os serviços de orientação vocacional surgiram sob a designação de “orientação profissional” e, inicialmente, não eram considerados serviços de índole psicológica, mas sim uma resposta social aos desafios gerados pela industrialização. A crescente necessidade de alocação eficaz da força de trabalho para atender às novas exigências do mercado foi um dos principais

impulsionadores da criação deste serviço. Desta forma, a sua implementação esteve vinculada à necessidade de selecionar trabalhadores adequados para os postos de trabalho emergentes (Terroso, 2021).

Dentre os diversos autores que contribuíram para o desenvolvimento da teoria e prática dos serviços de orientação, destaca-se Super (1990). O seu trabalho influenciou significativamente a compreensão do desenvolvimento da carreira ao longo do ciclo da vida, integrando teoria, avaliação e intervenção. Esta abordagem possibilitou um olhar mais aprofundado sobre os processos psicológicos subjacentes às escolhas profissionais e ao desenvolvimento vocacional dos indivíduos. (Taveira & Silva, 2008).

De acordo com Abreu (2003), no contexto português, a evolução dos serviços de orientação ocorreu de forma mais tardia em relação aos outros países. A conjuntura política do período salazarista, somada à ausência da participação de Portugal na Segunda Guerra Mundial, limitou significativamente o avanço cultural e científico do país. Enquanto outras nações experimentavam um período de reconstrução e progresso, Portugal manteve-se isolado dessas dinâmicas, o que retardou a implementação e desenvolvimento de serviços de orientação profissional e psicológica no âmbito escolar.

Atualmente, a intervenção psicológica no apoio à orientação vocacional desempenha um papel cada vez mais essencial no desenvolvimento do raciocínio vocacional e pessoal dos jovens ao longo do seu percurso escolar e na transição para a vida profissional. Segundo Pinho (2020), a promoção e a resolução de problemas são aspetos fundamentais neste processo, uma vez que permitem aos jovens tomar decisões mais informadas. Este processo visa ajudar os jovens a identificarem interesses, habilidades e aspirações, possibilitando escolhas mais conscientes e alinhadas com as suas características pessoais e com as demandas do mundo em que vivemos.

No contexto escolar, a orientação vocacional transcende a escolha de uma profissão; trata-se de promover o autoconhecimento, a capacidade de planeamento e adaptação às mudanças. Segundo Pinho (2020), a intervenção psicológica no apoio à orientação vocacional desempenha um papel essencial no desenvolvimento do raciocínio vocacional e pessoal dos jovens ao longo do seu percurso escolar e na transição para a vida profissional. A promoção da autonomia e a

resolução de problemas são aspetos fundamentais neste processo, uma vez que permitem aos jovens tomar decisões mais informadas sobre as suas trajetórias.

A educação e a consciência vocacional constituem elementos centrais para um desenvolvimento coerente e alinhado com as características individuais dos jovens. Brown e Lent (2013), bem como o próprio Conselho Nacional de Educação (CNE, 2018), no caso português, enfatizam a necessidade de os estudantes desenvolverem uma compreensão realista sobre si mesmos, incluindo os seus interesses, competências, valores e estilos de vida. Para além disso, é essencial que adquiram conhecimento sobre o mercado de trabalho, as suas dinâmicas e requisitos, assim como as condições de trabalho inerentes a cada profissão. Esta abordagem contribuiu para que os jovens elaborem projetos de vida mais realistas e alinhados com as suas capacidades (Teixeira & Lopes, 2012; CNE, 2018).

Os anos do ensino secundário são marcados por intensas mudanças emocionais, cognitivas e sociais. Neste período, os estudantes enfrentam pressões externas, como expectativas familiares e sociais, além de desafios internos relacionados à construção de identidade. Neste contexto, a intervenção dos Serviços de Orientação Vocacional assume um papel primordial. Segundo, Pinho (2020), estes serviços promovem o desenvolvimento de competências estratégicas para a tomada de decisões vocacionais, incentivando a exploração de opções, o planeamento de carreiras e o estabelecimento de objetivos. A OV atua como um suporte neste processo, fornecendo ferramentas para que os jovens compreendam melhor o que realmente anseiam. Além disso, a OV ajuda a desenvolver competências como, a resolução de problemas, a tomada de decisão e o pensamento crítico. Estas competências são fundamentais, não apenas para a escolha de uma carreira, mas também para lidar com a imprevisibilidade do mercado de trabalho atual, caracterizado pela evolução tecnológica e pela transformação constante de profissões.

Outro aspeto relevante destacado pela literatura é o papel dos SOV na desconstrução de preconceitos relacionados às carreiras. Brown e Lent (2013) apontam que estes serviços são essenciais para combater o viés de género nas escolhas profissionais, permitindo que os jovens explorem opções de carreira sem estereótipos limitantes. Ademais, a integração de novas

tecnologias no processo de orientação vocacional amplia a empregabilidade dos estudantes, ao prepará-los para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo.

As escolas secundárias têm um papel privilegiado neste processo, pois são um dos principais ambientes de socialização e aprendizado dos jovens. Por meio de programas de orientação vocacional, é possível integrar diferentes disciplinas e abordagens pedagógicas para ajudar os estudantes a explorar as suas possibilidades futuras. Os serviços de orientação podem incluir atividades, como testes de aptidão, oficinas de autoconhecimento, palestras com profissionais de diferentes áreas, visitas a empresas e instituições de ensino superior, além de aconselhamento individualizado. Estas iniciativas criam um espaço seguro para que os estudantes reflitam sobre as suas opções e dialoguem sobre as suas dúvidas e incertezas.

Um dos principais benefícios da OV é a redução do índice de escolhas profissionais insatisfatórias, que poderão levar à frustração, abandono de cursos superiores ou instabilidade no mercado de trabalho. Quando os jovens recebem apoio adequado, tornam-se mais propensos a tomar decisões fundamentadas, aumentando as probabilidades de sucesso nas áreas escolhidas. Além disso, a OV contribui para o alinhamento entre as aptidões individuais e as necessidades do mercado, o que pode gerar maior produtividade e inovação no futuro. Para a sociedade, isto significa uma força de trabalho mais qualificada e realizada, capaz de enfrentar os desafios económicos e sociais de maneira mais eficaz.

Apesar da sua importância, a orientação vocacional ainda enfrenta desafios nas escolas secundárias, especialmente no que diz respeito à sua implementação eficaz. Muitos sistemas educativos carecem de recursos suficientes, como profissionais qualificados, ferramentas modernas e tempo dedicado a estas atividades no currículo escolar. Superar estas barreiras requer um esforço conjunto entre governos, escolas, famílias e comunidades. Investir em formação contínua para orientadores, criar políticas públicas que incentivem programas de orientação e utilizar tecnologias inovadoras, como plataformas digitais interativas, são algumas das estratégias que podem ampliar o alcance da OV nas escolas secundárias.

Em face deste cenário histórico e da relevância dos serviços de orientação, é crucial investigar até que ponto estes serviços estão efetivamente disponíveis para os estudantes do ensino

secundário e qual a importância atribuída a eles pelos próprios estudantes (Terroso, 2021). A orientação vocacional nas escolas secundárias é um elemento essencial para o sucesso dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais equilibrada e inovadora.

Como bem observou José Saramago em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, “somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem a memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”. Neste sentido, ao capacitar os jovens para fazerem escolhas informadas e refletidas, a escola não só cumpre a sua missão educativa, mas também contribui simultaneamente para o desenvolvimento integral de cidadãos preparados para os desafios do século XXI.

3. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR

3.1. PERSPETIVAS E MODELOS INTERNACIONAIS

A orientação vocacional nas escolas secundárias é amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial para preparar os jovens. No entanto, as abordagens e modelos utilizados variam consideravelmente em diferentes contextos internacionais, influenciados por fatores como políticas educacionais, recursos, prioridades culturais e fatores económicos.

Na Europa, a OV é frequentemente integrada em sistemas educacionais como uma abordagem holística, que combina o desenvolvimento de competências técnicas e sociais. De acordo com a União Europeia (2018), muitos países adotaram políticas que promovem a orientação como parte de um processo de aprendizagem contínua ao longo da vida, conhecida como orientação ao longo da vida. Essa abordagem regular que a carreira não é uma decisão única, mas sim um percurso dinâmico que exige revisões e adaptações ao longo do tempo.

Na Finlândia, por exemplo, a orientação profissional é uma componente obrigatória do currículo do ensino secundário. Além disso, as escolas contam com orientadores bem formados que trabalham em estreita colaboração com professores e comunidades locais para ajudar os estudantes a planearem as suas carreiras (Cedefop, 2021). Este modelo destaca a importância de ferramentas práticas, como visitas a empresas e iniciativas, para conectar os jovens ao mundo real do trabalho.

Já nos Estados Unidos e no Canadá, a orientação vocacional nas escolas secundárias é fortemente focada na identificação de interesses e competências individuais por meio de avaliações padronizadas e plataformas digitais. O modelo de aconselhamento de carreira norte-americano é caracterizado pela utilização de testes como Strong Interest Inventory e o Myers-Briggs Type Indicator, que ajudam os estudantes a compreender as suas aptidões e alinhar essas características às oportunidades do mercado de trabalho (Brown & Lent, 2019).

Outro elemento-chave neste modelo é o programa Career Clusters, que organiza opções de carreira em 16 áreas amplas, facilitando a exploração de caminhos específicos desde o ensino secundário (US Department of Education, 2020). Este sistema proporciona aos estudantes uma visão estruturada de como as suas escolhas educacionais podem levar a diferentes opções de carreira, incentivando a aprendizagem direcionada e prática.

Em muitos países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul e Singapura, a OV é moldada por uma forte ênfase no alinhamento das escolhas de carreira dos estudantes às necessidades do mercado de trabalho. Esta abordagem reflete a prioridade económica de muitos governos em criar uma força de trabalho altamente desenvolvida e competitiva (Watts & Sultana, 2004).

No Japão, o sistema de orientação vocacional é profundamente enraizado na colaboração entre escolas e empresas. Programas como o Shushoku Katsudo (atividades de busca de emprego) incentivam os estudantes a participar em projetos, visitas a empresas e entrevistas simuladas, promovendo uma transição mais fluida para o mercado de trabalho (Yamaguchi, 2019). Além disso, os orientadores têm um papel fundamental em ajudar os jovens a desenvolver uma compreensão clara das expectativas do mercado.

Na Austrália e na Nova Zelândia, a orientação vocacional adota uma abordagem flexível e inclusiva, acompanhando diversas trajetórias educacionais e profissionais dos jovens. Um exemplo notável é o programa australiano Career Development Framework, que fornece diretrizes nacionais para o desenvolvimento de competências de carreira (Commonwealth of Australia, 2022). O foco está em ajudar os estudantes a desenvolverem competências como adaptabilidade, pensamento crítico e resolução de problemas, considerados essenciais no mercado de trabalho em constante evolução. Na Nova Zelândia, há também uma ênfase na inclusão cultural, com programas específicos para atender às necessidades das comunidades indígenas Maori, garantindo que as perspetivas culturais sejam respeitadas e valorizadas (Careers New Zealand, 2017).

Embora os modelos internacionais de orientação vocacional apresentem características distintas, todos enfrentam desafios comuns, como a necessidade de recursos adequados, a formação contínua para orientadores e adaptação às rápidas mudanças no mercado de trabalho.

Além disso, o uso de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e plataformas de orientação digital, está ganhando destaque em diversas partes do mundo, ampliando o alcance e a personalização do processo de orientação (Hooley et al., 2021). Os diferentes modelos internacionais de orientação vocacional demonstram a importância de adaptar as práticas às necessidades culturais, económicas e sociais de cada contexto. Ao mesmo tempo, existe uma convergência global em direção a abordagens mais flexíveis, inclusivas e integradas ao longo da vida. Para maximizar o impacto da orientação vocacional, é essencial que as políticas educacionais reconheçam a sua relevância estratégica, investindo em recursos, formação e inovação tecnológica.

3.2. A REALIDADE DA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR EM PORTUGAL

3.2.1. QUADRO LEGAL

A OV em Portugal está integrada na política educativa, sendo esta regulamentada por diplomas legais que enfatizam a sua relevância como parte integrante do sistema educativo. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, 1986, atualizada pela Lei nº 85/2009, 2009) estabelece a importância de garantir aos estudantes as possibilidades de promoção do autoconhecimento e de capacidades de planeamento da vida. Ela é o principal enquadramento legal que define os objetivos, princípios e estruturas do sistema educacional em Portugal e, no que diz respeito à orientação vocacional, esta lei destaca a importância de um ensino que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, capacitando-os para escolhas conscientes e informadas sobre o seu percurso educativo e profissional.

Nos seus artigos iniciais, a Lei de Bases do Sistema Educativo sublinha que a educação deve ser orientada para o “pleno desenvolvimento da personalidade” e para “a formação de cidadãos responsáveis e autónomos” (Artigo 2º). Este princípio fornece uma base para a integração da orientação vocacional como um instrumento fundamental para ajudar os jovens a refletirem sobre as suas aspirações, competências e opções futuras.

O Artigo 3º estabelece que o sistema educativo deve “contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar educativo”. Neste contexto, a orientação vocacional desempenha um papel central, garantindo que todos os estudantes, independentemente do seu contexto socioeconómico e origens familiares, podem ter acesso a ferramentas e apoio para construir um futuro alinhado com as suas capacidades e interesses.

A orientação vocacional surge como um elemento explícito no enquadramento da educação básica e secundária. De acordo com o Artigo 7º, que define os objetivos da educação básica, este deve incluir “o desenvolvimento de capacidades para aprender ao longo da vida” e “a formação de atitudes críticas e responsáveis”. Embora o foco principal sejam a construção de competências gerais, o artigo sugere uma preparação inicial para que os alunos possam tomar decisões fundamentadas sobre a continuidade dos seus estudos ou a entrada no mercado de trabalho.

Já na escola secundária, regulamentada pelo Artigo 9º, a Lei afirma mais especificamente que este ciclo deve assegurar “Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho”.

A revisão da Lei de Bases pela Lei n.º 85/2009 trouxe alterações significativas, nomeadamente a extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos/ 12 anos de escolaridade. Esta alteração reforçou a relevância da orientação vocacional, uma vez que os estudantes passam a ter mais tempo dentro do sistema educativo, o que exige um maior acompanhamento no planeamento de trajetórias. No novo quadro legal, há um foco renovador em garantir que a escola não apenas assegure a aquisição de conhecimentos, mas também apoie os alunos na transição para percursos educativos ou profissionais às suas características.

O prolongamento da escolaridade obrigatória impõe, também, um reforço dos Serviços de Psicologia e Orientação nas escolas, que passam a desempenhar um papel ainda mais relevante no aconselhamento vocacional.

Outro ponto de destaque na Lei de Bases é o reconhecimento da formação profissional como um dos percursos disponíveis no ensino secundário (Artigo 10º). A orientação vocacional torna-se crucial aqui, ajudando os jovens a explorar alternativas, como os cursos profissionais, cursos de

aprendizagem e outras ofertas formativas que podem alinhar-se melhor com as suas expectativas e com preocupações com a inserção profissional no final do ensino secundário.

Esta Lei prevê ainda que as escolas assumam um papel ativo na orientação dos alunos. Na prática, isso materializa-se na presença dos SPO, regulamentados pelo Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de maio, e em iniciativas como a realização de testes de interesses e aptidões; o aconselhamento personalizado; e a integração de atividades vocacionais em projetos educativos, como se prevê que possa acontecer na disciplina de Educação para a Cidadania.

Portanto, a Lei de Bases do Sistema Educativo, especialmente na sua versão atualizada pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, reforça a orientação vocacional como um elemento essencial do sistema educativo em Portugal. Ao colocar o desenvolvimento integral dos alunos e a preparação para a vida ativa no centro da educação, a Lei estabelece um quadro que incentiva as escolas a oferecerem suporte adequado para que cada jovem possa construir um percurso educativo e profissional alinhado aos seus interesses e sonhos.

Outro marco relevante é o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que regula os princípios da inclusão nas escolas e reforça o papel dos SPO no apoio a todos os alunos, com especial atenção às necessidades individuais e ao seu impacto na orientação vocacional. O Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, sobre “educação inclusiva”, é um dos principais documentos que orientam a política educativa em Portugal no que diz respeito à inclusão e ao apoio ao desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Porém, este decreto vai além de um simples quadro de apoio, ele reflete uma visão mais ampla sobre a educação personalizada, que inclui, por sua vez, o apoio à orientação vocacional de todos os estudantes, independentemente das suas condições específicas.

Este decreto estabelece que a educação deve ser “personalizada”, isto é, ajustada às necessidades e características de cada aluno, tendo em vista a sua inclusão em todos os níveis de aprendizagem. No que se refere à orientação vocacional, o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, sublinha a importância de proporcionar aos estudantes uma orientação contínua que seja capaz de responder de forma diferenciada às suas competências, necessidades e interesses, ao longo do seu trajeto escolar.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017) também reforça a importância de competências como a autonomia, a tomada de decisão e o pensamento crítico; alinhando a orientação vocacional com os objetivos educativos gerais. Este perfil assume um papel chave no delineamento das práticas de orientação vocacional, pois reflete as expectativas do sistema educativo em relação ao perfil do aluno preparado para fazer escolhas responsáveis.

O documento descreve um conjunto de competências essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da sua educação, incluindo “autonomia, análise crítica e de reflexão”, aspetos que são fundamentais para a tomada de decisões relacionadas com o futuro profissional. A orientação vocacional, neste contexto, tem como missão apoiar os jovens a considerarem as suas próprias aptidões e limitações, fornecendo ferramentas para que possam projetar e planear um futuro profissional adequado e alinhado com as suas competências e paixões.

No Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), a orientação vocacional é contextualizada dentro de um conjunto mais amplo de competências transversais que são essenciais para a integração no mundo do trabalho. O perfil destaca que os alunos devem ser capazes de tomar “decisões informadas” com base nas suas “competências e interesses”, e de “reconhecer as suas potencialidades e limitações”. A importância da reflexão pessoal sobre as opções de futuro é central neste documento, pois o objetivo é que os jovens, no final da escolaridade obrigatória de doze anos, estejam preparados para se inserirem de forma ativa e responsável na sociedade, seja através da progressão nos estudos, seja pela entrada no mercado de trabalho.

No campo da OV, o Perfil (2017) enfatiza também a necessidade de os estudantes desenvolverem competências sociais e emocionais, como a capacidade de trabalhar em equipa, de comunicar eficazmente e de resolver problemas de forma criativa. Tais competências são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho, tornando-se fundamentais para que os jovens possam tomar decisões mais assertivas.

3.2.2. POLÍTICAS E DIRETRIZES

As políticas de orientação vocacional em Portugal estão aprovadas com as diretrizes europeias, como a European Lifelong Guidance Policy Network (ELGPN), que promove a orientação como um processo contínuo ao longo da vida. Em Portugal, estas diretrizes são adotadas principalmente no contexto escolar, com foco na inclusão e equidade.

A Rede Europeia de Políticas de Orientação ao Longo da Vida, criada em 2007 pela Comissão Europeia, desempenha um papel central no desenvolvimento e promoção de políticas de orientação ao longo da vida nos países membros da União Europeia. Embora tenha encerrado oficialmente as suas atividades em 2015, as suas contribuições relevantes, especialmente no que diz respeito à orientação vocacional, influenciando práticas e políticas educativas em diversos contextos, incluindo Portugal.

Um dos principais contributos da ELGPN foi o enquadramento da orientação vocacional como um processo contínuo, que vai além das decisões pontuais no ensino secundário e percorrem por toda a vida do indivíduo. No relatório (ELGPN,2015), a rede sublinha que a orientação deve ser estendida como uma “ferramenta de capacitação” que apoia os indivíduos na gestão das suas aprendizagens, carreiras e transições ao longo da vida.

Este conceito é particularmente relevante para a orientação profissional no ensino secundário, pois destaca que esta etapa é apenas um ponto de partida na construção de um percurso educativo e profissional mais amplo. Segundo a ELGPN, os jovens devem ser capacitados para adquirir competências de gestão de carreira (competências de gestão de carreira), como a capacidade de identificar interesses, explorar opções e decisões tomar informações, que poderão ser aplicadas em diferentes momentos de duas vidas.

A ELGPN propõe uma série de princípios que devem orientar as políticas e práticas de orientação vocacional, dos quais se destacam: a acessibilidade, foco no indivíduo, transversalidade e a inclusão de competências digitais. No que diz respeito à acessibilidade, a orientação vocacional deve estar disponível para todos os indivíduos, independentemente da sua idade, género, origem socioeconómica ou capacidades. Já a nível da transversalidade, a OV deve ser integrada em

diferentes contextos, como o sistema educativo, o mercado de trabalho e a formação ao longo da vida. A ELGPN incentiva também o uso de ferramentas tecnológicas de orientação, incluindo plataformas comerciais que permitem explorar percursos educativos e profissionais.

Estes princípios refletem-se em muitas práticas inovadoras nos sistemas educativos europeus, incluindo Portugal, onde os SPO das escolas têm integrado cada vez mais abordagens inclusivas e personalizadas. No contexto português, as recomendações da ELGPN foram incorporadas na criação de programas como o Plano Nacional de Reformas e o Programa Qualifica, que promovem a orientação vocacional como uma ferramenta para a qualificação e empregabilidade ao longo da vida. Além disso, a inclusão das competências de gestão de carreira no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017) reflete diretamente os princípios defendidos pela rede, que destacam a importância de preparar os jovens para uma transição contínua e flexível entre o mundo da educação e do trabalho.

A orientação vocacional é diretamente integrada no currículo, através de programas como os da disciplina de Educação para Cidadania, que aborda temas como a preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento pessoal. Além disso, a criação do Plano Nacional para as Profissões do Futuro, lançado em 2022, reflete a intenção de alinhar as escolhas vocacionais com as transformações tecnológicas e as novas exigências do mercado de trabalho.

3.2.3. INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS NAS ESCOLAS

Nas escolas portuguesas, a orientação vocacional é assegurada principalmente pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), regulamentados pelo Decreto-Lei 190/91. Estes serviços são compostos por psicólogos escolares que desempenham funções essenciais no apoio ao desenvolvimento pessoal, social e vocacional dos estudantes.

Os SPO realizam várias atividades no contexto da orientação vocacional, incluindo: sessões de avaliação de interesses e aptidões; aconselhamento individualizado para a escolha de percursos educativos e profissionais; realização de oficinas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; promoção de parcerias com entidades externas, como universidades, empresas e centros de formação.

Outra iniciativa relevante é o Plano de Transição para a Vida Ativa, que apoia estudantes com necessidades educativas especiais na transição para o mercado de trabalho. Este programa reflete o compromisso de garantir que todos os jovens, independentemente das suas limitações, tenham acesso a orientações específicas para alcançar uma integração plena na sociedade.

Apesar dos progressos alcançados, a OV em Portugal enfrenta desafios importantes. Entre eles, destaca-se a falta de recursos humanos no SPO, que limita o alcance das suas ações. Muitas escolas enfrentam dificuldades em garantir apoio regular e personalizado para todos os estudantes devido à sobrecarga de trabalho dos psicólogos escolares.

Outro desafio é a necessidade de maior integração da OV nas práticas pedagógicas. Embora existam diretrizes claras, a implementação nas salas de aula e no quotidiano escolar varia amplamente entre as escolas.

Para enfrentar esses desafios, o reforço da formação contínua dos orientadores e a implementação de ferramentas tecnológicas, podem desempenhar um papel crucial. Além disso, o desenvolvimento das políticas mais integradas e a colaboração com o setor empresarial são essenciais para preparar os jovens para um mercado de trabalho em constante transformação.

4. METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1. MÉTODOS E TÉCNICAS E RECOLHA DE DADOS

Para a realização do estudo subjacente a este projeto sobre Orientação Vocacional num agrupamento de escolas localizado numa zona urbana do Grande Porto, foram utilizados vários métodos de recolha de dados, garantindo uma análise abrangente e detalhada do funcionamento do SPO e do seu impacto na vida dos alunos. O trabalho de campo consistiu no desenvolvimento de um estudo de caso baseado numa abordagem metodológica “mista”, isto é, conciliando métodos e técnicas de cariz qualitativo e métodos e técnicas de cariz quantitativo.

Entre os principais métodos e técnicas de recolha de dados temos a recolha e análise documental, entrevistas semidiretivas, a observação direta dos contextos e atividades e o inquérito por questionário.

A conjugação destes métodos permitirá obter uma visão global e aprofundada do funcionamento da orientação vocacional na escola, garantindo que a análise seja baseada em dados concretos e diversificados, abrangendo tanto a perspetiva institucional como a experiência dos alunos.

4.1.1. RECOLHA E ANÁLISE DOCUMENTAL

A recolha e análise documental foi fundamental no desenvolvimento deste trabalho, pois permitiu compreender o contexto educativo, social e institucional em que o projeto se inseriu. Através da análise documental, incidindo sobre documento como o Projeto Educativo da Escola, relatórios de atividades e informações sobre a oferta educativa, foi possível identificar necessidades, oportunidades e desafios específicos daquela comunidade escolar. Esta abordagem forneceu uma base sólida para fundamentar posições e ajustar ideias sobre estratégias futuras de intervenção, garantindo que as ações propostas estejam alinhadas com os objetivos da escola e as características da comunidade escolar.

4.1.2. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas foram conduzidas com o diretor do agrupamento de escolas e com a responsável pelo SPO. A entrevista ao diretor permitiu compreender a visão institucional sobre o serviço de orientação vocacional, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados pela escola. Já a entrevista à responsável do SPO forneceu informações detalhadas sobre a estrutura do serviço, os seus objetivos e as metodologias utilizadas para apoiar os alunos na escolha do percurso acadêmico e profissional.

A escolha de entrevistas semiestruturadas como método de recolha de dados para o seguinte projeto justifica-se por várias razões metodológicas e práticas. Em primeiro lugar, as entrevistas semiestruturadas permitem um equilíbrio entre a estrutura e flexibilidade. A utilização de um guião pré-definido assegura que todos os participantes respondam a questões fundamentais para o estudo, garantindo a compatibilidade dos dados. No entanto, a possibilidade de ajustar as perguntas e explorar respostas inesperadas permite captar nuances e aprofundar compreensões que podem não emergir em métodos mais rígidos como questionários fechados. Por fim, a interação direta entre o entrevistador e o entrevistado contribui para a criação de um ambiente de confiança, incentivando os participantes a partilharem experiências e reflexões de forma mais aberta (Bell,1997).

Além disso, este método facilitou a obtenção de dados qualitativos ricos, essenciais para compreender as perceções, experiências e expectativas dos entrevistados. A escolha deste tipo de entrevista permite captar não apenas o conteúdo das respostas, mas também as emoções e as motivações subjacentes, oferecendo uma visão mais aprofundada das influências e desafios enfrentados durante este processo de apoio à escolha académica e/ou profissional.

A escolha dos entrevistados, a que acima é feita alusão, justificou-se pela posição estratégica na definição e implementação de políticas de orientação vocacional na escola, bem como pelo conhecimento que possuem sobre as dificuldades e necessidades dos alunos neste âmbito.

As entrevistas foram apoiadas por um guião previamente elaborado e foram gravadas com o consentimento informado dos participantes disponível no apêndice 1, garantindo assim o respeito

pelos princípios éticos da investigação. O ambiente reservado e informal proporcionou confiança mútua o que foi fundamental para a validade de dados recolhidos, pois reduz a possibilidade das respostas influenciadas por fatores externos ou por falta de compreensão das perguntas. Os guiões utilizados nas entrevistas encontram-se disponíveis em anexo no apêndice 2 e apêndice 3, assegurando transparência e rigor na aplicação do instrumento.

Depois de realizadas, as entrevistas foram objeto de transcrição integral e submetidas a análise, cujos resultados surgem mais à frente neste relatório.

4.1.3. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Foram aplicados questionários aos alunos do 9º e 12º anos, para recolher dados sobre a perceção que têm dos serviços de orientação vocacional do seu agrupamento de escolas e da sua utilidade no processo de escolha dos percursos académico e/ou profissional. Os questionários incluíram questões sobre a clareza das informações fornecidas, o apoio recebido na escolha dos percursos no secundário e na trajetória pós-secundária e pedidos de sugestões para melhorar o serviço.

O inquérito por questionário permite uniformizar a recolha de informação, garantindo que todos os alunos respondam às mesmas questões, o que facilita a comparação entre grupos e a análise estatística dos dados. Isto foi particularmente relevante para este projeto, uma vez que se pretendeu identificar padrões de decisão vocacional, fatores de influência (como o papel da família, professores ou serviços de orientação) e eventuais lacunas no apoio prestado pela escola.

Do ponto de vista científico, o inquérito por questionário contribui para a fiabilidade e validade da investigação, sobretudo quando as perguntas são bem formuladas, claras e adequadas ao nível etário dos participantes. Ao permitir recolher dados quantitativos e, se incluídas perguntas abertas, também qualitativos, esta técnica oferece uma visão ampla e equilibrada da realidade estudada. Os guiões foram trabalhados no quadro do desenvolvimento do projeto e discutidas com as profissionais do SPO, antes da respetiva aplicação.

A escolha de turmas do 9º e do 12º anos para contacto direto e aplicação de inquéritos por questionário deveu-se a várias razões, de ordem metodológica, prática e estratégica. Com base

em Bell (1997), o inquérito por questionário é, desde logo, uma ferramenta eficaz para recolher dados de um número alargado de participantes num curto espaço de tempo; neste caso, queria obter-se uma visão global sobre as necessidades, expectativas e dificuldades dos alunos em momentos-chave do seu percurso escolar, o final do 3º ciclo do ensino básico, momento no qual há lugar a uma decisão importante, relacionada com a escolha do percurso de estudos no secundário, e o final do ensino secundário, momento marcada pela opção decisiva entre a possibilidade do prosseguimento de estudos e a possibilidade de entrada na vida profissional. O inquérito permitiu auscultar uma amostra importante de estudantes em cada uma destas situações-charneira da vida escolar. Em anexo encontram-se também os guiões dos questionários.

Recolher os testemunhos destes estudantes nestas fases dos seus percursos académicos permite captar as suas perceções e necessidades reais relativamente à orientação vocacional, contribuindo para fundamentar propostas de melhoria dos serviços de apoio existentes na escola.

A aplicação destes inquéritos por questionário revelou-se muito adequada e vantajosa, tanto pelo seu alcance e eficácia na recolha de dados, como pelo rigor e utilidade dos resultados para a compreensão e melhoria dos processos de orientação vocacional no contexto escolar analisado no âmbito deste estudo de caso.

4.1.4. OBSERVAÇÃO DIRETA

Para além das técnicas de recolha de dados anteriormente citadas, que foram as principais no âmbito deste estudo de caso, foi feita também a observação direta (não sistemática) das atividades do SPO, permitindo analisar a dinâmica das sessões, a interação entre psicólogos e alunos e a forma como as informações são transmitidas e assimiladas. Esta observação foi fundamental para perceber o funcionamento quotidiano destes serviços.

Este método permitiu um acompanhamento contínuo ao longo do tempo, possibilitando a análise da evolução das atitudes e decisões dos alunos em relação ao seu percurso vocacional. Desta forma, tornou-se um instrumento essencial para compreender melhor as necessidades dos estudantes e, conseqüentemente, aprimorar as práticas de orientação vocacional na escola.

4.1.5. FOCUS GROUP

Apesar de inicialmente previsto neste estudo, não foi possível realizar o *focus group* com os alunos do 9º e 12º anos. Tal não foi possível concretizar devido a limitações de tempo e à ausência de participantes interessados.

5. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE ESTUDO

O agrupamento de escolas selecionada para a realização deste e localiza-se numa zona urbana e central do Grande Porto, inserindo-se num território com importantes vulnerabilidades de ordem económica e social. No contexto educacional em causa, reconhece-se a importância de um apoio estruturado aos estudantes na definição dos seus percursos, considerando as suas características e as suas aptidões, interesses e as exigências do mercado de trabalho. O agrupamento de escolas é constituído por sete estabelecimentos de ensino, incluindo jardins de infância, escolas do 1º ciclo e duas escolas de maior dimensão: uma escola secundária (escola-sede) e uma escola básica do 2º e 3º ciclos¹.

A escola-sede situa-se numa área urbana relativamente central e o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. No entanto, devido à reduzida presença de alunos do 9º ano nesta escola durante do ano letivo em análise, foi necessário alargar o trabalho de terreno a outra escola do mesmo agrupamento, localizada numa zona residencial não muito distante da escola-sede. Esta escola, com uma população escolar mais expressiva no 9º ano, foi incluída no estudo por permitir um contacto mais direto com os alunos que se encontram em fase de transição para o ensino secundário.

A escola-sede conta com cerca de 325 alunos no seu conjunto, distribuídos por turmas de 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º anos. No 3º ciclo do ensino básico, há três turmas (uma de cada ano correspondente), contabilizando perto de 70 alunos no total. Já a nível do secundário, a escola tem os cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas e Cursos Profissionais nas áreas do desporto, tecnologias da informação e tecnologias da saúde, sendo que cerca de uma centena de alunos pertence ao ensino regular e 150 ao ensino profissional. O maior número de alunos está no curso de Línguas e Humanidades (cerca de 60 alunos) e nos cursos profissionais da área do desporto (cerca de 100 alunos).

¹ Apesar de dispor de autorização para revelar a identidade do agrupamento de escolas estudado, optou-se por manter a sua designação confidencial, para preservar o anonimato de todos os intervenientes.

A escola acolhe uma população estudantil diversificada, composta por vários jovens com perfis socioeconômicos e acadêmicos diversos. Muitos alunos enfrentam desafios na tomada de decisão sobre o seu futuro, quer pela falta de informação sobre as opções disponíveis, quer por influências externas, como expectativas familiares e condições econômicas modestas. Neste sentido, o estudo visou identificar os fatores que mais impactam as escolhas vocacionais dos alunos e a eficácia das estratégias de orientação atualmente implementadas na escola, a partir, muito em especial, da sua auscultação direta.

O Projeto Educativo do agrupamento define a sua missão, visão e valores como pilares fundamentais para a construção de uma escola inclusiva e de excelência. A sua missão é promover uma educação que fomente o desenvolvimento pessoal, profissional e cívico dos alunos, garantindo uma formação baseada em valores sólidos que lhes permitam uma cidadania ativa, participativa e responsável. Neste sentido, o agrupamento procura dotar os alunos de flexibilidade mental, ética e equilíbrio emocional para enfrentar os desafios da ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

A visão da escola centra-se na construção de uma comunidade educativa de referência, que valoriza tanto a formação humanista, como a científica, respeitando sempre a individualidade de cada aluno. Para alcançar este objetivo, o agrupamento compromete-se a prestar um serviço educativo alicerçado em valores essenciais, como a liberdade, responsabilidade, integridade, inclusão, tolerância, resiliência, equidade e exigência.

O projeto educativo da escola insere-se no contexto das escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), adotando um Plano de Melhoria Plurianual e uma oferta de ensino profissional, que visa a promoção do sucesso educativo, redução do absentismo e do abandono escolar e a melhoria dos resultados dos alunos. A escola assume-se como um espaço de inclusão, onde todos os alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que favorecem a sua integração na sociedade (Projeto Educativo, 2020).

O Projeto Educativo orienta-se e está alinhado também pelos princípios do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), promovendo o desenvolvimento de competências essenciais em diversas áreas, como linguagem e textos, informação e comunicação, raciocínio e

resolução de problemas, pensamento crítico e criativo, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia.

Este Agrupamento de Escolas organiza os seus serviços através de diferentes estruturas de coordenação e supervisão, garantindo uma gestão eficiente do currículo e o acompanhamento dos alunos. A articulação e a gestão curricular são asseguradas pelos departamentos curriculares, que incluem todos os docentes responsáveis pelas disciplinas que os compõem, conforme previsto no Regulamento Interno.

Além dos departamentos curriculares, a escola conta com Serviços Técnico-Pedagógicos, cuja função é promover a integração escolar dos alunos. Estes serviços trabalham em conjunto com as Estruturas de Articulação, Coordenação e Supervisão Pedagógica, seguindo o disposto artigo 46º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão, publicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Um dos serviços mais relevantes neste apoio educativo é o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) e os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO). O GAAF tem o papel fundamental na prevenção do absentismo e abandono escolar, promovendo o sucesso educativo e incentivando uma relação positiva entre aluno, família e escola. Já o SPO, composto por três psicólogas, atua em três domínios principais: apoio psicológico e psicopedagógico, orientação escolar e profissional e desenvolvimento das relações dentro da comunidade educativa.

As atividades desenvolvidas pelo SPO incluem o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação das dificuldades escolares e comportamentais, a promoção do desenvolvimento pessoal e a orientação vocacional dos alunos. O gabinete trabalha também na identificação de interesses e aptidões dos estudantes, ajudando-os na construção da sua identidade e na escolha do percurso académico ou profissional.

A intervenção destes serviços técnicos ocorre de forma articulada com os Diretores de Turma e Professores Titulares, bem como com outras entidades da comunidade envolvente, reforçando o compromisso da escola com a inclusão, o sucesso escolar e o bem-estar dos alunos.

Deste modo, numa perspetiva de auxiliar os alunos do 9º e 12º ano na escolha do percurso académico e profissional, bem como para promover o autoconhecimento, competências e

informar estes alunos sobre as ofertas formativas e as suas oportunidades, de forma a tomarem uma decisão consciente e autónoma sobre os seus percursos de vida, o SPO atua para apoiar os estudantes de forma ativa.

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1. PERSPETIVA DA DIREÇÃO DA ESCOLA E DAS PROFISSIONAIS DO SPO

O primeiro passo metodológico consistiu na realização de entrevistas com o diretor da escola e com a responsável do SPO. O objetivo desta etapa foi recolher informações relevantes sobre a realidade da escola, desafios enfrentados no processo de orientação vocacional dos alunos e as necessidades específicas das turmas a serem envolvidas no projeto.

O objetivo da primeira entrevista feita ao diretor do agrupamento foi conhecer a escola e o seu funcionamento, com especial enfoque na orientação vocacional antes e durante o ensino secundário. Além disso, teve também como propósito obter autorização do diretor para a realização de entrevistas, questionários e outras atividades relacionadas com a pesquisa.

De acordo com o diretor, estamos perante um agrupamento de grande dimensão, situado numa área urbana do Grande Porto e socialmente exigente. O agrupamento inclui quatro escolas do primeiro ciclo, duas escolas do segundo e terceiro ciclos, e a escola secundária. No total, acolhe cerca de 2.000 alunos, dos quais aproximadamente 400 frequentam o ensino secundário. Apesar da grande dimensão, a organização do agrupamento apresenta desafios logísticos, dado que algumas escolas que o compõem estão localizadas a uma distância significativa da sede, o que dificulta a realização de atividades conjuntas, principalmente com os alunos do primeiro ciclo.

O agrupamento oferece tanto o ensino regular, quanto cursos profissionais, destacando-se, nestes, os cursos na área de desporto. Além da atividade letiva, a instituição procura disponibilizar recursos à comunidade escolar; no entanto, enfrenta desafios significativos, devido, entre outros fatores, à transferência da gestão dos espaços desportivos para a câmara municipal. Esta mudança, como refere o diretor, resultou na perda de uma importante fonte de receita própria, proveniente do aluguer das instalações desportivas. Ainda assim, a escola mantém-se aberta a eventos culturais e artísticos, promovendo iniciativas que envolvem a comunidade.

No que diz respeito à orientação vocacional, a escola conta com um SPO, composto inicialmente por três psicólogas. O acompanhamento dos alunos do terceiro ciclo inicia-se no primeiro período do 9º ano, com visitas às turmas para auxiliar estes alunos na escolha dos cursos do ensino secundário. Apesar de a escola oferecer o ensino secundário, opta por manter algumas turmas de 7º, 8º e 9º anos, permitindo um acompanhamento contínuo dos estudantes ao longo do seu percurso escolar.

O diretor refere que, no ensino secundário, a orientação vocacional continua a ser promovida, destacando-se a participação na feira Qualifica, realizada na Exponor (Matosinhos). Durante este evento, a escola divulga a sua oferta educativa e fornece informações sobre diversas opções de formação. Além disso, o SPO organiza atividades que incluem a disponibilização de materiais informativos, como panfletos e flyers de universidades e cursos, auxiliando os alunos na sua tomada de decisão.

Contudo, há um desafio, mencionado pelo Diretor da escola, que se manifesta na comunidade escolar: a falta de envolvimento dos encarregados de educação na orientação vocacional dos seus filhos. Enquanto, noutras escolas do agrupamento, há uma participação ativa dos pais, na escola-sede não existe uma associação de pais, tornando difícil a mobilização e o apoio aos alunos neste processo. As reuniões de pais são pouco frequentadas e os diretores de turma enfrentam dificuldades para encontrar representantes entre os encarregados de educação. Esta situação é ainda mais evidente entre os alunos do ensino profissional, diz o diretor, pois muitos deles vêm de outras regiões especificamente para frequentar os cursos de desporto.

Apesar da abundância de informação disponibilizada pelo SPO, o diretor destaca que a principal dificuldade na orientação vocacional dos alunos não reside na falta de acesso a dados sobre cursos e carreiras, mas sim na necessidade de motivação. Muitos destes estudantes têm dificuldades em definir um percurso profissional, sendo comum a indecisão sobre que área seguir. Há casos em que os alunos escolhem cursos por serem as únicas opções disponíveis ou viáveis, sem um verdadeiro interesse na área, o que compromete a sua realização pessoal e profissional.

Para enfrentar estes desafios, o diretor reconhece que parcerias com entidades externas poderiam ser uma solução valiosa, permitindo uma maior diversificação das oportunidades e um

suporte mais eficaz aos alunos. A falta de perspectivas por parte de alguns jovens reforça a necessidade de um trabalho contínuo na motivação e envolvimento dos estudantes, ajudando-os a encontrar um caminho que vá ao encontro dos seus interesses e potencialidades.

A entrevista realizada com as duas profissionais do SPO permitiu, entretanto, compreender em profundidade o funcionamento deste serviço na escola secundária, tal como a forma como este apoia os alunos em momentos-chave do seu percurso escolar.

Uma das responsáveis, psicóloga com mais de trinta anos de experiência profissional e coordenadora do serviço, iniciou as suas funções no início dos anos 1990 e atualmente lidera o Gabinete de Apoio à Família (GAF), ao qual foi posteriormente adicionado o SPO.

A outra profissional, também psicóloga, tem cinco anos de experiência na escola e desempenha um papel essencial no contato direto com os alunos e na implementação das atividades de orientação vocacional.

Durante esta primeira entrevista, a responsável do SPO explicou que este tem um papel estruturante na orientação dos alunos, especialmente nos anos de transição, como o 9º ano e o 12º ano. Para os alunos do 9º ano, existe um plano de ação bem definido, que consiste em várias sessões estruturadas, realizadas fora do horário letivo. Inicialmente, estas sessões aconteciam durante o tempo de turma e, mais tarde, passaram a integrar o horário das aulas de Cidadania. Antes de ser dado início às sessões, é feita uma divulgação junto dos alunos e dos encarregados de educação. Após a realização das atividades, os resultados são discutidos com os pais, permitindo que a escolha do percurso académico seja feita de forma consciente e informada, envolvendo as famílias.

Assim, o objetivo primordial deste serviço é orientar os alunos de acordo com as suas aptidões e preferências. Para tal, são aplicados questionários que ajudam a definir um perfil individual de cada estudante. Com base nestes resultados, procura-se alinhar as escolhas educativas e profissionais com as expectativas e características de cada aluno. No entanto, as profissionais identificam que, muitas vezes, os alunos são influenciados pelos colegas na escolha dos cursos, o que leva a que, já no 10º ano, alguns necessitem de um processo de reorientação.

No seu conjunto, o SPO conta com quatro colaboradoras, pois, para além das duas profissionais já mencionadas, há duas estão outras profissionais contratadas. De forma inovadora, a coordenadora informou que, no ano letivo de 2024/2025, a escola conseguiu integrar, através do programa TEIP, uma educadora social e uma assistente social, ambas a tempo inteiro e alocadas a duas escolas deste agrupamento. Porém, com funções que ultrapassam a questão da orientação vocacional.

O acesso ao serviço varia consoante o ano de escolaridade. No 9º ano, a participação nas sessões é obrigatória e ocorre dentro das turmas, desde que autorizada pelos encarregados de educação. Já no 12º ano, o aluno só pode recorrer ao serviço mediante encaminhamento do diretor de turma ou a pedido direto dos encarregados de educação.

Em termos de adesão, estima-se pela técnica do SPO que, em média, seis alunos por ano recorram ao serviço de orientação vocacional, um número relativamente baixo. No entanto, o serviço tem um impacto significativo no encaminhamento de alunos do ensino básico para cursos de Educação e Formação (CEF). A responsável do serviço confirma que, no ano letivo anterior a este estudo, foram feitos sete encaminhamentos de alunos do 9º ano que estavam em risco de reprovar para cursos profissionalizantes de um ano, permitindo-lhes concluir o ensino obrigatório de forma mais adaptada às suas necessidades.

No ensino secundário, há também um momento específico de orientação, segundo as responsáveis do serviço, acontecendo este sobretudo no 11º ano, quando os alunos começam a decidir quais os exames nacionais que pretendem realizar. Neste contexto, a primeira abordagem é feita com os diretores de turma, que, em caso de necessidade, encaminham os estudantes para o gabinete de orientação vocacional.

A responsável do SPO destacou que a escola tem investido em iniciativas relevantes para apoiar os alunos na transição para o ensino superior e para o mundo do trabalho. Uma das atividades mais significativas é a sessão com a Associação Inspire Future, realizada anualmente, especialmente dirigida aos alunos do 12º ano, tanto dos cursos científicos, como dos cursos profissionais. Esta sessão é particularmente valorizada pela sua dinâmica e pela linguagem

acessível, uma vez que é conduzida por jovens que se encontram num percurso semelhante ao dos alunos, o que facilita a comunicação e o envolvimento.

Embora a escola tenha tido, em tempos, uma feira vocacional própria, atualmente participa no evento Qualifica, que reúne diversas instituições do ensino superior, proporcionando aos alunos o contacto direto com as ofertas educativas e formativas. Esta participação tem vindo a substituir a antiga feira interna, mantendo o objetivo de aproximar os alunos do universo académico e profissional.

Nas sessões individuais ou em grupo realizadas com os alunos, é comum surgirem preocupações relacionadas com as médias de acesso ao ensino superior e a pressão por alcançar as notas necessárias para os cursos desejados. Estas questões revelam o nível de exigência e insegurança com que muitos jovens vivem a fase final do secundário.

Em relação ao envolvimento dos encarregados de educação, a responsável evidenciou um cenário de progressivo afastamento. Apesar de a escola promover sessões informativas, sobretudo na transição do 9º para o 10º ano, e de manter contacto através de e-mails e outras estratégias, a adesão é muito reduzida. O desinteresse parental reflete-se também na falta de resposta a iniciativas de orientação mais personalizadas, mesmo quando envolvem decisões mais importantes, como o ingresso em turmas de CEF.

Quando há divergências entre as escolhas dos alunos e a vontade dos pais, o papel do SPO é essencialmente o de mediar, esclarecer e apresentar os prós e contras de cada caminho possível, sem impor decisões. A orientação é feita com base na escuta e na partilha de informação, respeitando sempre a autonomia da família.

Sobre o impacto do serviço, a responsável sublinhou que ele é bastante positivo, sobretudo para os alunos que o procuram. Foram mencionados casos de sucesso, tanto com alunos com bom desempenho, quanto com aqueles que enfrentaram maiores dificuldades, para os quais a orientação vocacional contribuiu significativamente.

Em termos de perspetivas futuras, a responsável expressou o desejo de ver a orientação vocacional integrada de forma mais estruturada no currículo escolar. Idealmente, haveria um tempo letivo dedicado a estas questões, de modo a garantir a participação efetiva dos alunos. Considera também que o tempo reservado à direção de turma poderia ser uma ferramenta útil na abordagem contínua da orientação vocacional, promovendo um trabalho mais sistemático e eficaz neste domínio.

Esta primeira entrevista permitiu entender a importância do SPO no agrupamento de escolas, bem como diversas das suas limitações e desafios. Trata-se de um serviço essencial que visa a apoiar os alunos na tomada de decisões educativas e profissionais, proporcionando-lhes um acompanhamento estruturado e personalizado. O trabalho desenvolvido pela equipa contribui para que os alunos possam fazer estas escolhas de forma mais informada.

Através do relato das responsáveis pelo serviço, foi possível perceber o esforço contínuo da escola em criar oportunidades significativas de orientação vocacional, apesar das limitações existentes, como o reduzido envolvimento dos encarregados de educação e a falta de tempo curricular dedicado a esta área. A entrevista evidenciou também a importância de iniciativas práticas e próximas da realidade dos alunos, bem como a necessidade de reforçar a articulação entre a escola, as famílias e as instituições de ensino superior. Em suma, a conversa permitiu traçar um retrato realista dos desafios e conquistas do SPO, destacando o impacto positivo que este serviço pode ter na vida dos alunos que dele usufruem.

6.2. EXPERIÊNCIAS E PERSPETIVAS DOS ALUNOS SOBRE OV NA ESCOLA

Com base nas informações recolhidas nas entrevistas iniciais, e ambicionando-se juntar a estes elementos a visão dos próprios alunos, procedeu-se à elaboração de um questionário a aplicar junto das turmas selecionadas do 9º e 12º anos. Este questionário teve como objetivo recolher dados diretos juntos dos alunos sobre as suas dúvidas, interesses, expectativas e conhecimentos em relação ao serviço de orientação vocacional e às ofertas formativas e profissionais. A criação

do questionário foi feita com o apoio do orientador do projeto, cuja experiência permitiu assegurar que os conteúdos fossem pertinentes, claros e ajustados ao público-alvo em questão.

A construção do instrumento teve em conta princípios metodológicos importantes, como a clareza das perguntas, a relevância dos temas abordados e a linguagem acessível aos alunos. As perguntas foram inicialmente organizadas de acordo com a lógica temática, abrangendo aspetos como autoconhecimento, interesses profissionais, conhecimento das ofertas educativas e perceções sobre o futuro.

Após a elaboração da primeira versão do questionário, o mesmo foi submetido à análise da responsável pelo SPO, que forneceu feedback valioso sobre a sua estrutura e conteúdo. O objetivo desta revisão foi validar a pertinência das questões, detetar eventuais ambiguidades e garantir que o instrumento estivesse adequado às características e ao nível de desenvolvimento dos alunos.

Com base nas suas sugestões do orientador do projeto e da responsável do SPO, foram realizados alguns ajustes importantes nomeadamente na ordem das perguntas. Esta reorganização teve como objetivo facilitar a compreensão por parte dos alunos, conduzindo-os de forma lógica e progressiva ao longo do questionário. Ao iniciar com questões mais simples e pessoais, e só depois abordar temas mais complexos, tornou-se possível promover um maior envolvimento e facilitar a resposta dos inquiridos. A versão final do guião do questionário pode ser consultada no Apêndice 4.

Na sua parte inicial, foram incluídas perguntas de caracterização sociodemográfica, como idade, género, ano de escolaridade, turma e grau de escolaridade dos pais. Estas informações permitiriam traçar o perfil dos participantes e, posteriormente, cruzar esses dados com as respostas dadas nas questões principais.

Quadro 1 – Caracterização da amostra

total de inquiridos	média de idade	Total por género	Género	% por género	Ano de escolaridade	Valores	% por ano de escolaridade	turmas	valores	% por turmas
72	16,25	30	F	41,67%	9ºano	38	52,78%	EB9A	21	29,17%
		42	M	58,33%	12ºano	34	47,22%	EB9B	17	23,61%
		72	total	100,00%	total	72	100,00%	ES12LH	19	26,39%
								ES12CT	10	13,89%
								ES12CSE	5	6,94%
								total	72	100,00%

O inquérito contou com 72 participantes, com uma média de idade de 16,25 anos, refletindo um público maioritariamente adolescente.

Quanto ao género, 58,33% são do sexo masculino e 41,67% do sexo feminino, revelando uma distribuição relativamente equilibrada.

Em termos de escolaridade, 52,78% dos alunos frequentam o 9ºano e 47,22% o 12º ano, o que garantiu uma boa representatividade de ambos os níveis de ensino.

A distribuição por turmas mostra que as turmas do 9ºano têm maior expressão: EB9A (29,17%) e EB9B (23,61%). No 12ºano, destacam-se ES12LH com (26,39%), de seguida ES12CT (13,89%) e por fim ES12CSE com apenas (6,94%).

Verifica-se assim, que a amostra é diversificada em termos de escolaridade e áreas de estudo, porém existe algum desequilíbrio na distribuição entre as turmas do secundário, com algumas (como a ES12CSE) a apresentarem uma representação reduzida, o que pode limitar certas análises estatísticas neste subgrupo específico.

De modo geral, a amostra é equilibrada em termos de género e escolaridade, com uma distribuição coerente entre os diferentes grupos analisados.

Seguidamente, procurou-se averiguar o grau de conhecimento dos alunos em relação do Serviço de Psicologia e Orientação da escola. As perguntas sobre se conhecem ou já utilizaram o serviço, de forma voluntária ou por convocatória, e sobre as atividades em que participaram, permitirão perceber o nível de envolvimento dos alunos com este recurso e o modo como o mesmo é percecionado na escola.

Quadro 2- Conhecimento e utilização do SPO do agrupamento de escolas

Conheces o Serviço de Orientação Vocacional da tua escola?					
Questão	Sim, e já utilizei os serviços	Sim, mas nunca utilizei	Não conheço	NR	Total
Q1	24	22	26	0	72
%	33,33%	30,56%	36,11%	0,00%	100,00%

Dos alunos inquiridos, 66,67% afirmam conhecer o SPO, embora apenas metade destes tenham efetivamente recorrido a esta apoio. No total, 33,33% dos alunos já utilizaram o SPO, o que revela algum grau de interesse ao serviço. No entanto, é preocupante verificar que 36,11% dos alunos não têm conhecimento da existência deste recurso, o que levanta questões quanto à visibilidade e a divulgação de um serviço escolar considerado fundamental para o apoio psicológico e a orientação vocacional dos estudantes.

Quadro 3- Utilização do SPO

Se já utilizaste estes serviços, fizeste-o:				
Questão	Voluntariamente	Por chamada ao Gabinete do SPO	NR	Total
Q2	14	9	49	72
%	19,44%	12,50%	68,06%	100,00%

Apenas 23 alunos (32%) indicaram ter recorrido ao SPO. Destes 23 alunos: 61% procuraram voluntariamente e 39% foram chamados pelo gabinete. A maioria dos utilizadores teve iniciativa própria, o que é positivo.

Assim, há claramente uma elevada percentagem de alunos que não conhece o serviço (36,11%) o que indica falhas na divulgação e visibilidade dentro da escola.

Por outro lado, entre os alunos que usaram o SPO, mais de metade procurou ajuda voluntariamente, sugerindo que estes reconhecem o valor e importância do serviço, quando o conhecem.

Na 3ª questão, os inquiridos foram desafiados, através de uma pergunta de reposta aberta, a indicar quais as atividades que participaram relacionadas com a Orientação Vocacional.

A maior parte dos alunos não responderam, ou então responderam “Não sei” e até mesmo “Nenhuma”, o que pode indicar uma falta de desconhecimento ou desinteresse relativamente à questão e ao próprio serviço. Este tipo de respostas pode resultar da falta de memória ou do pouco impacto que estas atividades vocacionais em que participaram tiveram nas suas vidas.

Contudo, algumas respostas mencionam atividades concretas como: “Dia do agrupamento”; “orientação vocacional/ orientação”; “Ciência Viva”, “Associação de estudantes”; “OEP”, “Qualifica”, entre outras, surgem de forma pontual. Apenas duas respostas revelam algum tipo de apoio mais individual: “Ajuda para escolher os cursos de 10ºano” e “nas aulas e atendimento pessoal”.

Podemos afirmar então que a esmagadora maioria das respostas não refere quaisquer atividades, o que reflete uma poupa visibilidade das ações de orientação na escola, as atividades que, mesmo realizadas, não deixam impacto suficiente para serem lembradas pelos inquiridos e por último uma falta de clareza sobre o que é considerado uma atividade de orientação, o que também pode ter gerado algumas das respostas sem conteúdo.

Alguns alunos mencionam eventos como o Dia do Agrupamento ou atividades promovidas pela Associação de Estudantes, sugerindo que os mesmos associam eventos gerais à orientação.

Estes tipos de respostas demonstram que, embora a orientação exista, a sua presença não é suficientemente reconhecida nem valorizada por uma parte significativa dos alunos.

Numa fase posterior, o questionário inclui questões direcionadas à avaliação do impacto do SPO. Os alunos foram convidados a indicar o grau de importância que atribuem ao serviço, se acreditam que o mesmo os ajudou ou poderia ajudar nas suas decisões em relação ao futuro, e que sugestões teriam para a sua melhoria. Estas perguntas foram fundamentais para recolher opiniões diretas dos alunos sobre a eficácia do serviço e identificar oportunidades de aperfeiçoamento, seja através de mais sessões individuais, maior informação sobre carreiras ou envolvimento das famílias.

Quadro 4- Avaliação da importância do SPO

Como avalia a importância do SPO para os alunos?					
Questão	Muito importante	Razoavelmente importante	Nada importante	NR	Total
Q4	37	29	3	3	72
%	51,39%	40,28%	4,17%	4,17%	100,00%

Mais de 90% dos alunos reconhecem o SPO como importante ou muito importante, o que evidencia uma perceção ampla positiva do seu papel na escola. Apenas 4% dos inquiridos

minimizam a relevância deste serviço, o que confirma um elevado nível de valorização por parte da maioria dos estudantes.

Quadro 5- O SPO e o futuro profissional dos estudantes

Achas que o SPO ajudou/poderia ajudar no esclarecimento de dúvidas em relação ao teu futuro profissional?						
Questão	Sim, de forma significativa	Sim, mas de forma limitada	Não ajudou muito	Não ajudou nada	NR	Total
Q5	33	23	8	5	3	72
%	45,83%	31,94%	11,11%	6,94%	4,17%	100,00%

Quase 78% dos alunos inquiridos consideram que o SPO já contribuiu ou poderá vir a contribuir, de forma significativa ou limitada, para o seu percurso profissional. Este dado revela que a maioria reconhece o potencial do serviço no apoio às decisões relacionadas com o futuro. Porém, cerca de 18% dos alunos avaliam esta ajuda como insuficiente ou inexistente, o que revela que, apesar da utilidade reconhecida, o serviço não é percebido como completamente eficaz por todos. Este resultado aponta para a existência de margem de melhoria, sobretudo ao nível de dar resposta às necessidades e expectativas dos alunos no que diz respeito à orientação vocacional.

Quadro 6- Melhorias a introduzir no SPO e no agrupamento de escolas

Como achas que o SPO poderia melhorar?						
Questão	Mais sessões individuais	Mais informações sobre carreiras e cursos	Maior envolvimento com as famílias	Outros	NR	Total
Q6	16	43	9	1	3	72
%	22,22%	59,72%	12,50%	1,39%	4,17%	100,00%

A principal sugestão (quase 60%) é fornecer mais informações sobre carreiras e cursos, o que revela uma necessidade clara de orientação mais prática e atualizada. As sessões individuais também são muito valorizadas (22,22%), o que indica que muitos alunos gostariam de um acompanhamento mais personalizado. Há também uma preocupação com o envolvimento das famílias, embora com menos destaque.

Portanto, a nível de reconhecimento, o SPO é amplamente valorizado pelos alunos, tanto em termos de importância geral como de ajuda na orientação vocacional. Apesar de ser considerado relevante pelos inquiridos, apenas 1 em cada 3 alunos realmente utilizou o SPO. Com base na questão 6, verificou-se que a maior carência apontada pelos alunos é a falta de informação sobre os cursos. Aumentar a frequência de sessões individuais e envolver mais as famílias dos alunos também foram apontadas como formas de tornar o SPO mais eficaz.

Já na questão 7 os alunos encontraram mais uma pergunta de resposta aberta, em que poderiam sugerir melhorias para uma melhor eficácia do serviço de orientação da escola. Mais uma vez, a maioria dos inquiridos não responderam a esta questão ou responderam com “Não sei” ou “Nenhuma”, mostrando um desconhecimento do serviço e uma falta de envolvimento direto com as atividades do SPO.

No entanto, um número relevante de alunos apresentou sugestões válidas e pertinentes, que permitiram agrupar as respostas em pelo menos cinco categorias principais:

Categoria	Exemplos de respostas
Aumento da divulgação e visibilidade do SPO	“que se proporcionem mais”; “aumentar a consciencialização dos alunos sobre o serviço”; “mais divulgação”
Maior apoio individualizado	“Acompanhamento individual dos alunos”; “Mais sessões individuais”; “Criar sessões com todos os alunos”

Informação mais completa e abrangente sobre opções acadêmicas	“Falar mais sobre as várias opções de cursos”; “Mais esclarecimento”; “Falar também de outras escolas”
Clareza e qualidade da informação	“Clareza nas informações”; “Aprofundar mais o assunto e não falar apenas do que são os cursos”
Envolvimento com famílias e recursos humanos	“Mais envolvimento com as famílias”; “Ter uma profissional contratada para o ano inteiro”

Os alunos que participaram ativamente nesta questão têm uma percepção crítica e construtiva do SPO, reconhecendo o seu valor, mas também identificando as suas limitações. Estes inquiridos demonstram a sua vontade de ver o serviço melhorar tornando-o mais próximo, informativo e acessível a todos. A repetição de ideias como a falta de divulgação e a ausência de sessões, ou o foco excessivo nos cursos da própria escola, apontam para uma carência de alargar horizontes e melhorar a sua forma de comunicação.

Para os alunos do ensino secundário, foi inserida uma pergunta sobre a razão da escolha do curso que frequentam, permitindo compreender os fatores mais determinantes nesse processo- como a influência familiar, o apoio do SPO, os colegas ou a própria iniciativa. De forma complementar, os alunos do 3ºciclo foram questionados sobre se já tinham escolhido uma área de prosseguimento de estudos, e, em caso afirmativo, qual o motivo da sua escolha. Estas questões ajudam a perceber o momento em que os jovens começam a refletir sobre o futuro e até que ponto já tomaram decisões concretas.

Quadro 8- Escolha do curso frequentado por estudantes do ensino secundário

(Para estudantes do secundário) Qual a razão para a escolha do curso que frequentas?					
Questão	Sugestão familiar	Indicação do SPO	Influência de amigos/colegas/namorado(a)	Opção pessoal	Total
Q8	4	0	4	26	34
%	11,76%	0,00%	11,76%	76,47%	100,00%

A grande parte dos alunos (76,47%) indica que a escolha do curso é sobretudo uma opção pessoal, o que é um dado muito positivo, pois demonstra autonomia, reflexão e clareza nas decisões tomadas. A influência externa, seja por parte da família ou dos pares, tem um peso relativamente limitado, sendo referida por apenas 23,52%. No entanto, é particularmente relevante notar que nenhum aluno mencionou o SPO como influência direta na sua decisão. Este dado é marcante, pois apesar de os alunos reconhecerem a utilidade do serviço (conforme indicado na Q5), não o associam de forma concreta ao processo de escolha do percurso académico, o que poderá indicar uma lacuna na intervenção do serviço neste domínio específico.

Quadro 9- Escolha de área de prosseguimento de estudos por estudantes do ensino básico (I)

(Para estudantes do 3ºCEB) Já escolheste a tua área de prosseguimento de estudos?				
Questão	Sim	Não	NR	Total
Q9	27	6	5	38
%	71,05%	15,79%	13,16%	100,00%

Uma maioria expressiva cerca de 71% diz já ter escolhido a área que pretende seguir após o 9ºano. Porém, cerca de 29% ainda não decidiu ou não respondeu, representando um grupo que poderá beneficiar de apoio adicional do SPO.

Quadro 10- Escolha de área de prosseguimento de estudos por estudantes do ensino básico (II)

Se sim, qual o motivo principal da tua escolha?					
Questão	Sugestão familiar	Indicação do SPO	Influência de amigos/colegas/namorado(a)	NR	Total
Q10	14	9	0	15	38
%	36,84%	23,68%	0,00%	39,47%	100,00%

A família tem um papel muito relevante (36,84%) na escolha da área de estudos dos alunos do 3º ciclo. O SPO tem aqui maior influência do que entre os alunos do secundário- sinal de intervenção mais precoce e eficaz nesta fase. O número elevado de inquiridos que não responderam a esta questão (39,47%) pode refletir dúvida, desconhecimento ou falta de reflexão aprofundada sobre a motivação da escolha.

O questionário abordou ainda a intenção dos alunos no final da escolaridade obrigatória, perguntando se pretendem entrar no mundo do trabalho, continuar os estudos ou se ainda não têm uma decisão tomada. Em paralelo, investigou-se o que os alunos consideram mais influente nas suas escolhas futuras, entre opções como os interesses pessoais, a influência da família e dos amigos, o desempenho escolar ou a situação económica.

Assim, as questões Q11 e Q12 abordam as intenções pós escolaridade obrigatória e os fatores na escolha profissional futura.

Quadro 11- Perspetivas de estudantes no final da escolaridade obrigatória (I)

No término da escolaridade obrigatória, pretendes:					
Questão	Iniciar a vida profissional	Prosseguir estudos no ensino superior	Ainda não sei	NR	Total
Q11	9	53	9	1	72

%	12,50%	73,61%	12,50%	1,39%	100,00%
---	--------	--------	--------	-------	---------

A maioria dos alunos (73,61%) manifesta a intenção de prosseguir os estudos no ensino superior, o que revela aspirações académicas e profissionais elevadas e uma projeção positiva em relação ao futuro. Um grupo mais reduzido, correspondente a 12,5%, pretende ingressar diretamente no mercado de trabalho após a escolaridade obrigatória, o que pode refletir diferentes fatores influenciadores, como preferência pessoal, necessidade económica ou desmotivação face ao percurso académico. Por sua vez, outros 12,5% dos inquiridos ainda se encontram indecisos quanto ao seu futuro, sinalizando a importância de um acompanhamento mais individualizado por parte do SPO para apoiar estes alunos no processo de tomada de decisão.

Quadro 12- Perspetivas de estudantes no final da escolaridade obrigatória (II)

O que achas que mais influenciará a tua escolha profissional futura?							
Questão	Aptidões e interesses pessoais	Curso concluído / grau de sucesso nos estudos	Indicação/Orientação da família	Indicação/Orientação de colegas e amigos	Situação económica / Mercado de trabalho	NR	Total de opções escolhidas
Q12	52	18	5	2	14	0	91
%	57,14%	19,78%	5,49%	2,20%	15,38%	0,00%	100,00%

A maioria dos alunos afirma que as suas aptidões e interesses pessoais serão o principal fator na escolha profissional. Mais uma vez, este posicionamento pode demonstrar autoconhecimento e orientação interna forte, mas também falta de suporte familiar ou institucional. É sobretudo numa perspetiva pessoal e tendencialmente individualista que as decisões parecem ser tomadas, o que não deixa de suscitar interrogações, em especial em casos em que haja pouca informação disponível e pouco suporte informal no meio doméstico e familiar.

O curso frequentado e o sucesso acadêmico também são fatores relevantes (quase 20%), o que mostra uma ligação entre o rendimento escolar e perspectiva profissional.

A situação econômica/mercado de trabalho, é também um fator considerado por muitos (15,38%), revelando realismo face às condições do país e às oportunidades de emprego.

A influência familiar ou de colegas é muito baixa (menos de 8%), o que pode significar autonomia na decisão, mas também eventual ausência de diálogo orientador por parte das famílias.

Uma parte importante do questionário dedicou-se ao papel da família, questionando os alunos sobre o peso que atribuem às opiniões familiares nas decisões acadêmicas. A inclusão desta dimensão teve como objetivo reconhecer a influência contextual e emocional no processo de escolha vocacional. Finalmente, procurou-se saber se os alunos se sentem preparados para tomar decisões sobre o seu futuro, permitindo avaliar o seu nível de segurança e autonomia nesta área.

Quadro 13- Importância da família nas escolhas

Como avalia a importância da tua família nas tuas escolhas académicas?						
Questão	Muito importante	Algo importante	Pouco importante	Nada importante	NR	Total
Q13	23	31	13	5	0	72
%	31,94%	43,06%	18,06%	6,94%	0,00%	100,00%

A grande maioria dos alunos considera que a família tem um papel importante nas suas escolhas académicas. Apenas 25% dos alunos atribuem pouca ou nenhuma importância à família neste processo. Todavia, as famílias parecem estar bastante afastada do processo de orientação vocacional, o que reforça a ideia da importância de envolver as famílias em momentos de orientação vocacional, promovendo o diálogo entre alunos, encarregados de educação e estruturas de apoio escolar, como é o caso do SPO.

Quadro 14- Preparação para a tomada de decisão

Sentes-te preparado(a) para tomar decisões sobre o te futuro profissional?						
Questão	Sim, completam ente	Sim, mas ainda tenho dúvidas	Não muito	Nada preparado	NR	Total
Q14	31	31	9	1	0	72
%	43,06%	43,06%	12,50%	1,39%	0,00%	100,00%

A maioria dos alunos (86,12%) sente-se, pelo menos, minimamente preparada para tomar decisões sobre o seu futuro profissional. Destes, metade (43,06%) demonstra plena confiança na sua preparação, enquanto a outra metade revela ainda algumas dúvidas, o que é compreensível nesta fase de transição e reflete a complexidade inerente às escolhas académicas e profissionais. Contudo, cerca de 14% dos inquiridos afirmam não se sentir preparados, o que revela a necessidade de reforçar o apoio prestado pelo serviço, de modo a assegurar que todos estes alunos tenham acesso a ferramentas e orientações que facilitem um processo de decisão mais informado e seguro.

O questionário termina com um convite à participação no projeto, oferecendo aos alunos a possibilidade de deixar o seu contacto caso queiram colaborar ou envolver-se em ações futuras. Esta abordagem visa reforçar a ligação entre os alunos e o projeto, permitindo o desenvolvimento de estratégias de orientação mais personalizadas e contínuas.

7. PLANO DE AÇÃO

Com base nos resultados obtidos na investigação realizada neste agrupamento de escolas do Grande Porto, é possível delinear um plano de ação que poderá responder de forma concreta às dificuldades identificadas no domínio da orientação vocacional. O plano de ação delineado para reforçar a eficácia da orientação vocacional neste agrupamento de escolas do Grande Porto assenta numa lógica trianual, procurando acompanhar os estudantes desde o 9.º ano até ao término do ensino secundário, numa perspetiva de continuidade e de progressividade. O objetivo fundamental é promover um serviço de psicologia e orientação que seja visível, acessível, sistemático e, sobretudo, articulado com as necessidades concretas dos alunos e das suas famílias, bem como com os desafios impostos pela realidade académica e profissional contemporânea.

A primeira linha de intervenção refere-se à divulgação e visibilidade do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO). Um dos problemas identificados na investigação prende-se com a insuficiente notoriedade do serviço dentro da própria comunidade escolar, o que contribui para a sua utilização residual e pontual. Assim, pretende-se assegurar que todos os alunos têm pleno conhecimento das funções do SPO e da forma como podem recorrer ao mesmo. Para tal, serão desenvolvidas campanhas anuais de comunicação, com recurso a cartazes, folhetos informativos, publicações em redes sociais e outros suportes digitais. Estas campanhas serão particularmente reforçadas no início de cada ano letivo, aquando da receção aos novos alunos, nos quais a apresentação do SPO passará a estar integrada de forma sistemática. A presença do serviço será ainda reforçada através da fixação de horários regulares e públicos de atendimento, devidamente divulgados, que garantam previsibilidade e confiança aos alunos e famílias. Complementarmente, será criado um espaço físico devidamente identificado e acessível, conferindo ao SPO maior proximidade e visibilidade.

A segunda linha de ação prende-se com a comunicação e a disponibilização de informação eficaz. Uma das fragilidades apontadas foi a dificuldade dos alunos em aceder a informação clara e atualizada sobre percursos formativos e opções profissionais. Neste sentido, prevê-se a criação de uma página específica do SPO no portal eletrónico da escola, que servirá como repositório de recursos, incluindo plataformas nacionais e europeias, como o Euroguidance, bem como outros

portais de orientação e de prosseguimento de estudos. Esta página será complementada por boletins informativos semestrais, divulgados em formato digital e impresso, com novidades sobre cursos, estágios, feiras de orientação, bolsas de estudo e oportunidades no mercado de trabalho. A informação será ainda reforçada através da instalação de um mural físico no espaço escolar, atualizado mensalmente com notícias e iniciativas relevantes, promovendo assim uma comunicação multicanal.

O terceiro eixo diz respeito ao envolvimento direto dos estudantes, que constitui a dimensão central da orientação vocacional. Este eixo será estruturado de acordo com a progressão escolar e as necessidades específicas de cada ano. No 9.º ano, os alunos participarão em sessões orientadas para o autoconhecimento e para a exploração das diferentes vias de prosseguimento de estudos no ensino secundário. Estas sessões incluirão atividades práticas, como a aplicação de questionários de interesses e dinâmicas de grupo que favoreçam a reflexão sobre competências e valores pessoais. No 10.º ano, a intervenção passará a centrar-se no aprofundamento dos interesses e no desenvolvimento de competências transversais, através da realização de oficinas temáticas, de sessões com testemunhos de profissionais de diferentes áreas e da organização de pequenas feiras de profissões com parceiros locais. No 11.º ano, os alunos terão acesso a experiências mais próximas da realidade profissional e académica, nomeadamente simulações de entrevistas de emprego, elaboração de currículos, visitas a universidades e empresas, e participação em projetos de “sombra profissional”, acompanhando profissionais durante um dia de trabalho. Finalmente, no 12.º ano, o foco recairá no planeamento de vida e na tomada de decisão, através da realização de oficinas de decisão vocacional, acompanhamento individualizado nas candidaturas ao ensino superior e a cursos profissionais, bem como sessões de preparação para a transição, onde serão trabalhadas expectativas, gestão de ansiedade e construção de projetos de vida. Importa ainda sublinhar que, em todos os anos, será disponibilizado um acompanhamento diferenciado e individualizado a alunos que manifestem maiores dificuldades ou indecisão, garantindo assim uma resposta equitativa e inclusiva.

A quarta linha de ação centra-se no envolvimento das famílias e da comunidade escolar. Reconhecendo a influência decisiva da família no processo de decisão vocacional, o plano prevê a realização de sessões anuais dirigidas a pais e encarregados de educação, inicialmente

destinadas ao 9.º ano, mas progressivamente alargadas ao 10.º e 12.º anos. Estas sessões terão carácter informativo e formativo, procurando clarificar percursos, desfazer preconceitos e promover uma maior participação das famílias na tomada de decisão. Paralelamente, será elaborado e distribuído, no início do 9.º ano, um “Guia para Famílias”, concebido como instrumento de apoio ao acompanhamento parental, o qual ficará igualmente disponível online e será atualizado anualmente. No seio da comunidade escolar, serão realizadas ações de sensibilização e formação dirigidas a diretores de turma e professores, capacitando-os como mediadores ativos do processo de orientação vocacional. O envolvimento da comunidade externa será também promovido através da celebração de parcerias com universidades, empresas e centros de formação, que permitirão enriquecer a oferta de experiências práticas e aproximar os alunos da realidade do mercado de trabalho.

Por último, o quinto eixo contempla a monitorização e avaliação do plano de ação. Para garantir a sua eficácia e pertinência, será implementado um sistema contínuo de recolha e análise de informação. Todos os anos serão aplicados inquéritos a alunos e famílias, de modo a recolher perceções sobre a utilidade e o impacto das atividades desenvolvidas. O SPO elaborará um relatório interno anual, onde constarão as atividades realizadas, as dificuldades encontradas e as recomendações para o futuro. No final do terceiro ano, será realizada uma avaliação global do plano, envolvendo não apenas os técnicos do SPO, mas também a direção da escola, os professores e representantes dos alunos e famílias, garantindo uma análise participada e plural. Esta avaliação permitirá aferir o impacto do plano nas escolhas académicas e profissionais dos alunos e orientar os ajustamentos necessários para o futuro.

Para além das linhas de intervenção já propostas, considera-se fundamental introduzir uma dimensão inovadora, capaz de aproximar os serviços de orientação vocacional das dinâmicas da era digital em que os jovens se inserem. Assim, propõe-se a criação e implementação de uma Plataforma Digital Interativa de Orientação Vocacional, concebida como extensão do trabalho presencial realizado pelo SPO.

Esta plataforma terá como objetivo complementar as práticas tradicionais com recursos digitais que potenciem a autonomia dos alunos, a proximidade com o serviço e a integração de parceiros externos. Cada estudante terá acesso a um perfil individualizado, no qual poderá realizar testes de interesses e aptidões, guardar os seus relatórios vocacionais e acompanhar a sua evolução ao

longo dos três anos do secundário. A plataforma permitirá igualmente simulações de percursos académicos e profissionais, cruzando dados sobre cursos e saídas profissionais, e oferecendo cenários ajustados às preferências e competências identificadas.

Para além disso, a plataforma contará com um sistema de mentoria digital, no qual ex-alunos já inseridos no ensino superior ou no mercado de trabalho poderão partilhar testemunhos e experiências, funcionando como guias de proximidade para os atuais estudantes. Será também disponibilizada uma agenda digital inteligente, que permitirá aos alunos agendar sessões presenciais com os técnicos do SPO, aceder a materiais preparatórios antes dos encontros e receber lembretes automáticos.

No plano externo, a plataforma constituirá igualmente um espaço de ligação à comunidade, através de parcerias com instituições de ensino superior, empresas e centros de formação, que poderão disponibilizar visitas virtuais, workshops online e vídeos de apresentação das suas áreas de atuação. Por fim, será criada uma funcionalidade de monitorização em tempo real, que permitirá ao SPO recolher dados agregados sobre interesses, indecisões mais frequentes e necessidades emergentes, facilitando a adaptação das estratégias de intervenção.

O cronograma de implementação segue uma lógica progressiva e cumulativa. No primeiro ano o foco recai sobre os alunos do 9.º ano, com a apresentação do SPO, a entrega do guia às famílias, a realização de sessões de autoconhecimento e exploração dos percursos formativos, e o lançamento da página online e do boletim informativo. Simultaneamente, será iniciada a criação da plataforma digital, envolvendo a fase de conceção, desenvolvimento técnico e piloto com os alunos do 9.º ano. Nesta fase, os estudantes começarão a utilizar os perfis digitais e a realizar os primeiros testes de interesses, enquanto as famílias terão acesso inicial ao guia digital disponível na plataforma.

No segundo ano o acompanhamento será direcionado aos alunos do 10.º ano, aprofundando interesses e competências, promovendo visitas de estudo e encontros com profissionais, além da realização de sessões específicas para as famílias. A plataforma digital entrará numa fase de consolidação e expansão, estendendo-se ao 10.º ano, com o alargamento das funcionalidades, incluindo a integração de simulações de percursos e a introdução da mentoria digital. Neste

período, iniciar-se-á também a articulação com instituições de ensino superior e empresas, disponibilizando os primeiros recursos externos e visitas virtuais.

Já no terceiro ano e seguintes, o foco será nos alunos do 11.º e 12.º anos, proporcionando experiências práticas de aproximação ao mundo académico e laboral, simulações de entrevistas, oficinas de decisão e planeamento de projetos de vida, bem como sessões formativas para famílias e professores. Neste ano, a plataforma digital estará plenamente integrada no funcionamento da escola e do SPO, abrangendo todos os alunos do 11.º e 12.º anos. As ferramentas de simulação e mentoria digital estarão em pleno funcionamento, permitindo aos estudantes testar cenários académicos e profissionais de forma autónoma, complementando o trabalho presencial do serviço. A agenda digital inteligente e os relatórios automáticos serão amplamente utilizados para apoiar a preparação das candidaturas ao ensino superior e aos cursos profissionais. O ciclo culminará com uma avaliação global do SPO e da plataforma, incluindo a análise da eficácia, acessibilidade e contributo da plataforma para a qualidade das decisões vocacionais dos alunos.

Para que este plano seja eficaz, serão necessários diversos recursos, humanos e materiais. No que diz respeito aos recursos humanos, é crucial garantir que o SPO tenha profissionais qualificados, como orientadores vocacionais e psicólogos educacionais, que possam realizar os atendimentos individuais e também coordenar as atividades propostas neste plano. Além disso, é necessário a contratação de novos assistentes técnicos para auxiliar na organização das atividades, de forma a dar apoio ao SPO.

Outro elemento-chave é investir na infraestrutura física, o espaço físico do gabinete do SPO tem que ser adaptado de forma a garantir acessibilidade e conforto, com locais para atendimento individual e atividades em grupo.

A escola precisa de investir também na tecnologia, em computadores e em licenças de software para o desenvolvimento da nova plataforma digital, além de ferramentas de comunicação digital, como sistemas de agendamento online tanto para os pais como para os alunos e redes sociais da escola.

Por fim, é fundamental contar com o apoio da comunidade local, estabelecendo parcerias com universidades, empresas locais e outras instituições de formação. Estes tipos de parcerias

poderão oferecer recursos, como visitas às instalações, palestras e estágios para os alunos, o que irá enriquecer as ações de orientação dos mesmos.

Em síntese, este plano de ação trianual configura-se como uma proposta integrada, evolutiva e participativa. A execução combinada do SPO presencial e da plataforma digital permitirá reforçar a eficácia do serviço, tornando-o um eixo estruturante da missão educativa da escola. Ao integrar divulgação, informação, envolvimento de alunos e famílias, parcerias externas, monitorização contínua e ferramentas digitais, assegura-se que os estudantes disponham de condições para tomar decisões mais conscientes, informadas e alinhadas com os seus interesses e competências, contribuindo para o seu sucesso académico, profissional e pessoal.

8. CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo analisar criticamente o processo de orientação vocacional no ensino secundário, através de um estudo de caso num agrupamento de escolas do Grande Porto, procurando compreender o seu impacto nas decisões educativas e profissionais dos alunos, bem como identificar constrangimentos e potencialidades no modelo atualmente implementado.

Num contexto marcado por profundas transformações sociais, económicas e tecnológicas, a tomada de decisão vocacional dos jovens tornou-se progressivamente mais desafiante. A instabilidade do mercado de trabalho, a diversificação de trajetórias educativas e a crescente pressão para escolhas “certas” e precoces impõem à escola um papel acrescido na mediação deste processo. A OV, enquanto fator essencial do desenvolvimento integral dos jovens, deve ser concebida como um instrumento psicossocial e pedagógico crucial na promoção da autonomia e da construção de projetos de vida realistas.

Através dos resultados obtidos, foi evidenciado que, embora a escola reconheça a importância da orientação vocacional, a sua operacionalização permanece, em muitos casos, fragmentada, descontinuada e desprovida de uma estratégia sistemática e integrada. A intervenção do SPO, frequentemente limitada por constrangimentos de ordem estrutural e organizacional, não consegue, por si só, assegurar uma resposta eficaz às necessidades dos alunos.

Acresce ainda a este cenário, a reduzida participação dos encarregados de educação nos processos de apoio à decisão vocacional, fenómeno que, longe de poder ser interpretado como desinteresse, revela antes uma distância entre a escola e a família, frequentemente potenciada por fatores socioeconómicos, comunicacionais ou culturais. Esta falha reforça a necessidade de desenvolver dispositivos de promovam o envolvimento parental de forma mais ativa, potenciando o seu papel como co-educadores neste domínio.

A análise efetuada permitiu identificar conjuntos de medidas de melhoria que incluem: a diversificação dos canais de comunicação com os encarregados de educação; a integração da OV como dimensão transversal ao currículo escolar; o reforço da formação dos docentes em

competências de aconselhamento vocacional; e a articulação interinstitucional entre a escola, ensino superior, entidades formadoras e mercado de trabalho.

Assim, a investigação conclui que a orientação vocacional deve ser concebida como uma responsabilidade partilhada entre diferentes atores educativos e sociais. a sua eficácia dependerá da existência de políticas educativas consistentes, de recursos humanos e técnicos adequados, e de uma cultura escolar que valorize o projeto de vida dos alunos como elemento principal da sua formação.

Portanto, investir na OV é, em última instância, investir na construção de uma escola inclusiva, promotora de igualdade e de oportunidades. É também necessário reconhecer que apoiar os jovens na definição do seu futuro académico e profissional é um imperativo ético, social e político, essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas, sustentáveis e coesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. V. (2003). Principais marcos e linhas de evolução da orientação escolar e profissional em Portugal. In S. N. de Jesus (Ed.), *Psicologia em Portugal*. (pp. 117–180). Quarteto.
- Amado Cordeiro, S., Taveira, M. C., Neves, L., & Costa Lobo, C. (2021). Ensino profissional: Escolha vocacional ou escapatória para jovens em transição? *Psychologica*, *64*(1), pp. 49–67. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8606_64-1_3
- Autor, D. (2019). Work of the past, work of the future. *AEA Papers and Proceedings, American Economic Association*, *109*, pp. 1–32. <https://doi.org/10.3386/w25588>
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (3.ª ed.). Gradiva.
- Bourbon, M. J. (2015, 30 de abril). *A bússola vocacional: das escolas para a universidade*. Jornal I.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Brown, S. D., & Lent, R. W. (Eds.). (2019). *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Cardoso, P. (2016). A orientação vocacional na escolaridade obrigatória. In M. Miguéns (Coord.) *Estado da Educação 2015* (pp. 103–109). Conselho Nacional de Educação.
- Caranguejeiro, J. F. (2018). *Desenhando o futuro: um estudo de caso sobre as necessidades e perspetivas de orientação vocacional dirigida aos alunos do ensino secundário*. [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/17825>

- Conselho Nacional de Educação. (2018). *Estado da Educação 2017*. Conselho Nacional de Educação.
- Cordeiro, S. A., Taveira, M., Neves, L., & Lobo, C. (2017). Ensino profissional: Escolha vocacional ou escapatória para jovens em transição? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 18(2), pp. 159–170.
- Commonwealth of Australia. (2022). *Australian Blueprint for Career Development*. National Careers Institute.
- Comissão Europeia: Eurostat. (2023). *Eurostat regional yearbook: 2023 edition*. Publications Office of the European Union. DOI: 10.2785/606702
- European Lifelong Guidance Policy Network (ELGPN). (2015). The ELGPN toolbox for lifelong guidance policy and practice. European Lifelong Guidance Policy Network.
- Gonçalves, C. M. (2022). *Projetos de vida e orientação vocacional: O papel da família e da escola*. Porto Editora.
- Gonçalves, C. M. (2006). *A família e a construção de projetos vocacionais*. [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. DOI: 10.34626/c91a-ma81
- Heitor, M. (2018). O emprego científico e desafios e oportunidades para o desenvolvimento e a promoção da ciência e do ensino superior em Portugal. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Hooley, T., Percy, C., & Alexander, R. (2021). *Careers leaders in schools: A guide to building a careers programme*. The Careers & Enterprise Company.
- Instituto de Apoio e Desenvolvimento – ITAD. (2025). *Orientação vocacional no ensino secundário: práticas e desafios*. ITAD.

- Inspire Future. (2023). Relatório de atividades 2023: Impacto e inovação na orientação vocacional. Inspire Future.
- Lopes, A. R., & Teixeira, M. O. (2012). Projetos de carreira, autoeficácia e sucesso escolar em ambiente multicultural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), pp. 7–14.
- Marques, A. P. (2004). Outras transições? Configurações e problemáticas de socialização juvenil. *Sociedade e Cultura 5, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 2(1-2), pp. 141-161.
- Mota, H. (2008). Juventude e escolhas profissionais: Entre a tradição e a mudança.
- Pappámikail, L. (2022). Futuro incerto e transição para a vida adulta: as novas gerações diante do projeto de vida. In M. L. Gutiérrez Bonilla & V. A. Correia (Eds.), *Aproximações aos mundos juvenis: Diálogos ibero-americanos* (1ª ed., pp. 13–28). Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Parsons, F. (1909). *Choosing a vocation*. Houghton Mifflin.
- Pinho, C. F. (2020). *Escolhas vocacionais no ensino secundário: Percursos e perfis escolares no ensino regular e profissional*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. DOI: 10.34626/zrp5-1425
- Pinto, H. R., & Soares, M. C. (2001). Influência parental na carreira: evolução de perspectivas na teoria, na investigação e na prática.
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto da Assembleia da República. (2009). *Estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade*. Diário da República n.º 166, 1ª Série de 27/08/2009. <https://data.dre.pt/eli/lei/85/2009/08/27/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho do Ministério da Educação e Ciência. (2012). *Aprovação do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da*

educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Diário da República n.º 126, 1.ª série de 02/07/2012. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/137/2012/07/02/p/dre/pt/html>

Martins, G. d., Gomes, C. A., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L., Silva, L. M., Encarnação, M. M., Horta, M. J., Calçada, M. T., Nery, R. F., & Rodrigues, S. M. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação, Direção-Geral da Educação. <http://hdl.handle.net/10400.26/22377>

Portugal. Ministério da Educação. (2023). Plano de Transição para a Vida Ativa: Orientações para a sua operacionalização. Direção-Geral da Educação.

Portugal. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Plano Nacional para as Profissões do Futuro 2022. Governo de Portugal.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho da Presidência do Conselho de Ministros. *Estabelecimento do regime jurídico da educação inclusiva*. Diário da República n.º 129, 1.ª Série de 06/07/2018. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-115224264>

Reis, J., & Rodrigues, J. (2011). *Portugal e a Europa em crise: Para acabar com a economia da austeridade*. Actual Editora.

Rodrigues, M. (2020). A influência da família nas escolhas vocacionais dos jovens. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, L. (2000). *Vivências académicas e rendimento escolar: estudo com alunos universitários do 1º ano*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/206>

Saramago, J. (1984). *O ano da morte de Ricardo Reis* (1ª ed.). Caminho.

Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Record.

- Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (2nd ed., pp. 197–261). Jossey-Bass.
- Taveira, M. C., & Silva, A. D. (Coords.). (2010). *Desenvolvimento vocacional: Avaliação e intervenção*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Carreira.
- Taveira, M. C., & Silva, J. T. (2008). O uso de tecnologia na intervenção vocacional: implicações para a teoria e prática. In M. C. Taveira & J. T. Silva (Coord.), *Psicologia Vocacional: Perspectivas Para a Intervenção* (pp. 93–137). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0091-8_4
- Terroso, G. N. (2021). *Serviços de carreira no ensino secundário: Caracterização, necessidades e respostas*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/81181>
- União Europeia. (2018). *Educação e Formação Monitor 2018: Portugal*. Serviço das Publicações da União Europeia. DOI: 10.2766/90301
- U.S. Department of Education. (2020). *A Transition Guide to Postsecondary Education and Employment for Students and Youth with Disabilities*. U.S. Department of Education.
- Cedefop. (2021). *Inventory of lifelong guidance systems and practices - Finland*. CareersNet national records. <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/country-reports/inventory-lifelong-guidance-systems-and-practices-finland>
- Watts, A. G., & Sultana, R. G. (2004). Career guidance policies in 37 countries: Contrasts and common themes. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 4(2–3), pp. 105–122. <https://doi.org/10.1007/s10775-005-1025-y>
- Yamaguchi, S. (2019). Collaboration between schools and enterprises in Japan. In K. Tanaka & A. Sato (Orgs.), *Educational systems in East Asia* (pp. 123–145). Education Press.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Consentimento Informado

Declaro que me foram prestados todos os esclarecimentos sobre este trabalho académico, sua configuração, objetivos e finalidades, e que entendo que posso, a qualquer momento, suspender a minha participação no estudo, que é livre e voluntária. Os dados obtidos neste âmbito serão tratados de forma estritamente confidencial e terão uma utilização exclusivamente académica.

Declaro ainda que autorizo o registo do conteúdo áudio referente à entrevista realizada no dia _____, desenvolvida no quadro das atividades associadas à concretização do Projeto, do segundo ano do curso de Mestrado em Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do P.PORTO.

Porto, _____

O/A Entrevistado/a,

A Mestranda que informou sobre o estudo e o uso da gravação,

APÊNDICE 2

Guião para a entrevista

26 de novembro de 2024

Abertura da Entrevista

- Saudação e Apresentação pessoal
- Contextualização do objetivo da entrevista

O objetivo desta conversa é conhecer melhor a organização e o funcionamento da escola, com especial enfoque na orientação vocacional antes e durante o ensino secundário. Além disso, gostaria também de compreender as necessidades e os desafios enfrentados pela escola nessa área, para que possa propor, no âmbito do meu projeto de mestrado, ações que respondem a essas realidades

- Explicação sobre a importância da autorização

A entrevista também tem como propósito solicitar a sua autorização para realizar entrevistas, questionários e outras atividades com alunos, professores, o pessoal dos SPO's e outros membros da comunidade escolar que possam ser relevantes para a minha investigação.

- Organização geral e funcionamento da Escola

"Poderia, por favor, descrever brevemente a estrutura organizacional da escola?"

"Que tipos de apoios ou serviços são oferecidos para garantir o bem-estar dos alunos e professores?"

- Orientação Vocacional e Apoio aos Alunos

Antes do ensino secundário:

"De que forma a escola apoia os alunos do 3º ciclo na escolha dos percursos do ensino secundário?"

"Que papel desempenha o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) nessa fase?"

"Existem atividades ou iniciativas específicas que ajudam os alunos a explorar interesses ou carreiras futuras?"

Durante o ensino secundário:

"Como se processa a orientação vocacional durante o ensino secundário?"

"O SPO desenvolve programas específicos para ajudar os alunos a planejar os seus percursos pós-secundários?"

"Quais são as atividades mais importantes realizadas pela escola para preparar os alunos para o mercado de trabalho ou para o ensino superior?"

- Envolvimento da Comunidade Escolar

"Os professores, pais ou outras entidades têm algum envolvimento nas atividades de orientação vocacional? Se sim, como?"

- Necessidades e Propostas de Melhoria

"Na sua perspectiva, quais são os maiores desafios ou lacunas na área da orientação vocacional na escola?"

"Existe algum recurso ou parceria que considere necessário para que a escola atenda as melhores necessidades dos alunos no que diz respeito à orientação vocacional?"

Encerramento

- Agradecimento pela disponibilidade
- Solicitação de autorização
- Disponibilização para esclarecimentos futuros
- Despedida

APÊNDICE 3

Guião para Entrevista à Responsável dos Serviços de Orientação Vocacional da Escola

Introdução

- Agradecimento inicial
- Apresentação pessoal
- Explicar o objetivo da entrevista
- Consentimento para a gravação da entrevista

O objetivo desta conversa é ficar a conhecer melhor o funcionamento do serviço de orientação vocacional desta escola durante o ensino secundário. Além disso gostava também de compreender as necessidades e os desafios enfrentados pela escola nesta área, para que possa propor, no âmbito do meu projeto de mestrado, ações que possam responder a essas realidades.

Algumas perguntas sociográficas

- Há quanto tempo trabalha neste ramo? De que área é?
- Há quanto tempo é a responsável do serviço de Orientação Vocacional da escola?

Sobre o serviço de orientação vocacional

- Poderia dar uma visão geral do serviço de OV desta escola?
- Há quanto tempo o serviço existe?
- Quais são os principais objetivos deste serviço? (entender o foco do trabalho, como ajudam os alunos a escolher os cursos e carreiras?)
- Quantos profissionais integram esta equipa e quais são as suas áreas de formação?
- Quem pode recorrer ao Serviço de OV? Está aberto apenas para os alunos ou também para os encarregados de educação? (identificar o público-alvo do serviço)
- Quantos alunos, em média, utilizam este serviço ao longo do ano letivo?

Sobre o processo de orientação

- Como se dá início ao processo de orientação? Os alunos marcam sessões individuais ou há sessões programadas para as turmas?

- Há algum momento específico durante o percurso escolar em que se recomenda que os alunos procurem o SOV?
- Que tipo de instrumentos são utilizados para avaliar os interesses dos alunos?
- Quais são as atividades mais importantes realizadas pela escola para preparar os alunos para o mercado de trabalho ou para o ensino superior?
- Existem ligações diretas com o Sistema de Ensino Superior?
- Há colaboração com outros serviços da escola, como professores, direção ou psicólogos?

Sobre a relação com os alunos e encaminhamento

- Que tipo de questões ou preocupações os alunos geralmente trazem para as sessões?
- É comum os encarregados de educação procurarem o SOV para obter apoio na orientação dos seus filhos?
- Como lidam com possíveis situações em que há divergência entre o interesse do aluno e as expectativas dos pais?

Sobre o Impacto e desafios

- Que impacto considera que o SOV tem tido nos alunos ao longo dos anos?
- Há algum caso de sucesso que tenha sido marcante ao longo da sua carreira?
- Quais são os maiores desafios enfrentados como responsável pelo Serviço de Orientação Vocacional da escola?
- Como vê o futuro deste serviço? Que melhorias ou mudanças gostaria de implementar?

Encerramento

- Agradecimento pelo tempo disponibilizado
- Solicitação de autorização-assinar
- Disponibilização para esclarecimentos futuros
- Despedida

APÊNDICE 4

Jéssica Filipe

Mestrado em Administração das Organizações Educativas

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO

P.PORTO

Idade:

Género:

Ano de escolaridade:

Turma:

Desde que ano?

Escolaridade na Mãe:

Escolaridade do Pai:

1- Conheces o Serviço de Orientação Vocacional (SPO) da tua escola

- Sim, e já utilizei os serviços
- Sim, mas nunca utilizei
- Não conheço

2- Se já usaste estes serviços, fizeste-o:

- Voluntariamente
- Em resposta a convocatória da Escola/ do próprio SPO

3- Em que atividade(s) participaste?

4- Como avalias a importância do SPO para os alunos?

- Muito importante
- Razoavelmente importante
- Nada importante

5- Achas que o SPO ajudou/ poderia ajudar no esclarecimento de dúvidas e relação ao teu futuro profissional?

- Sim, de forma significativa
- Sim, mas de forma limitada
- Não ajudou muito
- Não ajudou nada

6- Como achas que o SPO poderia melhorar?

- Mais sessões individuais
- Mais informações sobre carreiras e cursos
- Maior envolvimento com as famílias
- Outros (especificar na próxima pergunta)

7- Que sugestões tens para melhorar o Serviço de Orientação Vocacional na escola?

8- (Para estudantes do secundário) Qual a razão para a escolha do curso que frequentas?

- Sugestão familiar
- Indicação do SPO

- Influência de amigos/colegas/namorado(a)
- Opção pessoal
- 9- (Para estudantes do 3º CEB) Já escolheste a tua área de prosseguimento de estudos?
- Sim
- Não
- 10- Se sim, qual o motivo principal da tua escolha?
- Sugestão familiar
- Indicação do SPO
- Influência dos amigos/colegas/namorado(a)
- 11- No término da escolaridade obrigatória, pretendes:
- Iniciar a vida profissional
- prosseguir estudos no ensino superior
- Ainda não sei
- 12- O que achas que mais influenciará a tua escolha profissional futura?
- Aptidões e interesses pessoais
- Curso concluído/ grau de sucesso nos estudos
- Indicação/Orientação da família
- Indicação/Orientação de colegas/amigos
- Situação económica/Mercado de trabalho
- 13- Como avalias a importância da tua família nas tuas escolhas académicas?
- Muito importante
- Algo importante
- Pouco importante
- Nada importante
- 14- Sentes-te preparado(a) para tomar decisões sobre o teu futuro profissional?
- Sim, completamente
- Sim, mas ainda tenho dúvidas
- Não muito
- Nada preparado

Se quiseres contribuir/participar neste
projeto deixa aqui o teu email :)

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO

ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

**Orientação Vocacional no Ensino
Secundário – Estudo de caso num
agrupamento de escolas do Grande
Porto**

Jéssica Raquel Gomes Filipe

